



# Anais da Assembleia

Nº 077

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 25 DE JUNHO DE 1991

ANO XVII

Atos da Presidência:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 004/91

DATA: 19 de junho de 1991.

SÚMULA: Autoriza licença ao Deputado Algaci Túlio para o mesmo assumir a Prefeitura Municipal de Curitiba.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º - Fica autorizada licença ao Senhor Deputado Algaci Túlio a partir de 22 de junho até o dia 07 de julho do corrente ano, a fim que o mesmo possa substituir o Senhor Prefeito Municipal de Curitiba, que estará em viagem ao exterior.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

LEI Nº 9.626

DATA: 24 de junho de 1991.

SÚMULA: Altera o artigo 2º da Lei nº 9.367, de 13.09.90, que criou o município de Coronel Domingos Soares conforme especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do § 7º do artigo 71 da Constituição Estadual, a seguinte Lei:

Art. 1º - O artigo 2º, da Lei nº 9.367, de 13.09.90, passa a ter a seguinte redação:

"Começa na confluência do rio Iguaçu com o rio Butiá, seguindo pelo rio Butiá até a sua cabeceira, daí em reta alcança a cabeceira do rio Rancho Grande, segue pelo rio Rancho Grande até encontrar o rio Chopin, seguindo pelo rio Chopin até encontrar o córrego Manchorra ou da Divisa, segue pelo córrego Manchorra ou da Divisa até sua cabeceira, daí por uma reta atinge a cabeceira do lagoado do Veado, desce por este até sua foz no rio São Lourenço, desce por este até sua foz no rio Iratim, divisa intermunicipal com Bituruna, desce pelo rio Iratim acompanhando os limites intermunicipais com Bituruna até a foz do lagoado da Escada, daí por uma reta alcança a cabeceira do lagoado do Saltinho ou ribeirão da Canela, desce por este até sua foz no rio de Criciúma, desce por este até

sua foz no rio Iguaçu, segue pelo rio Iguaçu, até encontrar o ponto de partida da confluência do rio Butiá."

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 24.06.91

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA  
ATA DA 063ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 25 DE JUNHO DE 1991

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Heinz Herwig, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Heinz Herwig, João Arruda, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Iensen, João Preis, José Afonso Júnior, José Artur Ritti, José Tavares, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (51). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Ademar Traiano e Nilton César (02). Achando-se em licença o Senhor Deputado Algaci Túlio (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do

seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Ofícios:**

Sob o n° DTL/SAT/161/91, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver **SANÇIONADO** o Projeto de Lei n°:

134/91:

De autoria do Deputado **ANIBAL KHURY**, que dá nova redação ao art. 1° da Lei n° 9.351/90, que dispõe sobre a criação do município de **Brasilândia do Sul**, o qual convertido em Lei, tomou o n° 9.624. - **Anote-se. Arquite-se.**

Sob o n° DTL/165/91, do Senhor Governador do Estado em exercício, restituindo a esta Casa de Leis, o Projeto de Lei n° 122/91. - **Ao conhecimento da Casa.**

Sob os n.ºs DTL/SAT/159 e 160/91, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver **VETADO INTEGRALMENTE** os Projetos de Lei n.ºs 047/91 e 086/91, em razão de motivos expostos. - **À Comissão de Constituição e Justiça.**

**OFÍCIO N° 372/91**

Senhor Presidente.

Através do presente, venho comunicar a Vossa Excelência que estarei ausente do País, por motivos particulares, no período de 01 a 22 de julho corrente.

Sem mais para o momento, apresento-lhe protestos de elevada estima e distinto apreço.

Sala das Sessões, em 25.06.91.

(a) **NILTON BARBOSA**

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO N° 1593**

Senhor Presidente.

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, **REQUER**, se digne Vossa Excelência em conhecer do presente recurso, contra a decisão do Excelentíssimo Senhor Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, que determinou o arquivamento do Projeto de Lei n° 215/91, fazendo com que a referida matéria tenha sua tramitação restaurada, conforme dispõe o Regimento Interno desta Casa.

Sala das Sessões, em 25.06.91.

(a) **ORLANDO PESSUTI**

Líder do Governo

Apoio: **Nelson Garcia, Dirceu Manfrinato, Neivo Beraldin e João Preis.**

**REQUERIMENTO N° 1587**

Senhor Presidente.

Curitiba, terça, em 25.06.91

O Deputado que subscreve o presente, vem à presença de Vossa Excelência comunicar que, a partir de 1° de agosto de 1991, estará em licença para tratar de interesses particulares por um período de 121 (cento e vinte e um) dias, para o que solicita, antecipadamente, as providências legais e regimentais cabíveis.

Sala das Sessões, em 25.06.91.

(a) **JOÃO IENSEN**

**REQUERIMENTO N° 1589**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, **REQUER** desta Assembleia Legislativa, autorização para afastar-se do País, no período de 05 de julho a 07 de agosto de 1991.

Sala das Sessões, em 25.06.91.

(a) **COSTENARO NETO**

**JUSTIFICATIVA:**

A ausência prende-se ao fato de submeter-me a tratamento de saúde em Munique, como também, para tratar de assuntos de interesse deste Poder Legislativo, junto a entidades e órgãos governamentais da República Federal da Alemanha.

**REQUERIMENTO N° 1588**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, vem a presença de Vossa Excelência comunicar que, a partir de 07 de julho estarei retornando às atividades parlamentares normais, em decorrência de expirado o prazo da licença anteriormente comunicada.

Sala das Sessões, em 25.06.91.

(a) **JOSÉ ALVES**

**REQUERIMENTO N° 1575**

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, **REQUER** sejam enviados expedientes oficiais a Senhora **Margarida Maria Maia Procópio**, Ministra da Ação Social; ao Senhor **Alceni Guerra**, Ministro da Saúde e ao Senhor **Carlos Alberto Chiarelli**, Ministro da Educação, solicitando e recomendando a implantação de um **CENTRO INTEGRADO DE APOIO À CRIANÇA - CIAC**, no município de Rolândia, Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 25.06.91.

(a) **EURIDES MOURA**

**JUSTIFICATIVA:**

Com a divulgação do plano federal de assistência à criança, o Paraná não pode ficar alheio a esta preocupação nacional.

Esse projeto de educação e assistência social e de saúde à criança de uma maneira integrada, com a construção de escolas de período integral, como serão os **CIAC's**, será, sem dúvida, um grande avanço na so-

lução do problema.

O município de Rolândia tem necessidade de receber um desses centros integrados para atendimento de suas crianças. Atualmente, a educação, a saúde, a assistência das crianças são feitas através de entidades públicas e privadas, mas de uma maneira esparsa e descentralizada, que fragmenta recursos e esforços, não produzindo os resultados necessários.

O município de Rolândia é um pólo regional na Região do Médio Paranapanema, localizado no entroncamento da PR-170 com a BR-369, recebendo movimentação migratória das zonas rurais do próprio município e de municípios vizinhos. Conseqüentemente, há a formação de núcleos habitacionais periféricos, compostos por população de baixíssima renda e alta densidade de crianças.

Somente a área denominada "Vila Oliveira", que agrega diversos bairros, é capaz de oferecer clientela a um CIAC com capacidade de 1.000 crianças, em todas as faixas etárias.

Com a aprovação da presente medida, visa-se despertar nas autoridades competentes o interesse na solução do problema da criança em Rolândia e, conseqüentemente, no Paraná.

#### REQUERIMENTO N° 1577

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente à Secretaria de Estado da Saúde, objetivando a destinação de um veículo-ambulância para o município de Engenheiro Beltrão.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao Vereador Odilon Liberali, Presidente da Câmara Municipal de Engenheiro Beltrão.

Sala das Sessões, em 25.06.91.

(a) JOÃO PREIS

#### JUSTIFICATIVA:

De conformidade com a afirmação do Vereador Odilon Liberali, são precárias as condições de atendimento à comunidade, citando, a exemplo, que são diversas as pessoas que ficam impossibilitadas de serem encaminhadas aos órgãos de saúde.

O atendimento a esse pedido virá ampliar o atual atendimento da Região, reforçando o tratamento da saúde da população.

#### REQUERIMENTO N° 1580

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente aos Excelentíssimos Secretários de Estado dos Transportes e da

Agricultura, bem como ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, solicitando pavimentação asfáltica das seguintes rodovias rurais, no município de Toledo:

- a) Toledo - São Luiz do Oeste;
- b) Toledo - Três Bocas - Vila Ipiranga - Dois Irmãos - Quatro Pontes, com acesso a Novo Sobradinho, Linha São Paulo e São Miguel;
- c) BR-467 - Bom Princípio;
- d) PR-182 - Boa Vista;
- e) Luz Marina - São Pedro - São Judas Tadeu - Marco Três - São Francisco - Linha União - Alto São Francisco - Santa Tereza;
- f) Dez de Maio - Cerro da Lola - Km 41 - Vila Margarida;
- g) Cerro da Lola - São Salvador - São Roque.

Sala das Sessões, em 25.06.91.

(a) ALBINO CORAZZA

#### JUSTIFICATIVA:

As rodovias solicitadas no presente requerimento, têm sua execução viabilizada pelo fim a que se destinam, qual seja o escoamento da produção agrícola e agropecuária da região a ser beneficiada, caracterizando-se sua execução como instrumento incentivador e fomentador de desenvolvimento rural.

A região mencionada nesta proposição, tem direito adquirido ao benefício solicitado, pelo demonstrativo da produção apresentada em 1989/90, conforme dados oficiais a seguir:

#### Algodão

produção de 10.153 t, com rendimento médio ponderado de 1.610 kg/ha

#### Milho

produção de 77.220 t, com rendimento médio ponderado de 3.667 kg/ha

#### Soja

produção de 132.660 t, com rendimento médio ponderado de 2.145 kg/ha

#### Trigo

produção de 73.872 t, com rendimento médio ponderado de 2.145 kg/ha

#### Rebanho

Bovinos - 83.650

Suínos - 167.828

Aves - 8.860.700

Nos últimos cinco anos, a produção acumulada foi de:

Algodão - 50.784 toneladas

Milho - 515.026 toneladas

Soja - 525.721 toneladas

Trigo - 469.172 toneladas

A determinação do fim do "rodoviarismo" e o estabelecimento do critério da produção, para implantação de benefício rodoviário às comunidades, anunciado pelo Governo, assegura o preenchimento da exigência básica para o atendimento solicitado.

A execução desta obra permitirá a fi-

zação do homem ao meio rural, pois facilitará seu acesso aos centros regionais; viabilizará o transporte escolar, além de inúmeros outros benefícios que advirão desta iniciativa.

#### REQUERIMENTO N° 1581

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado dos Transportes e ao Governador do Estado, solicitando uma reavaliação e reestudo sobre a localização de aeroporto no município de Cascavel, objetivando melhor aproveitamento da capacidade de atendimento e benefícios da referida obra, situando-a entre Cascavel e Toledo.

Seja dado conhecimento, com remessa de cópia desta proposição, aos prefeitos dos municípios de Cascavel e Toledo, ao Presidente da Associação dos Municípios do Oeste do Paraná, ao Presidente da CACIOPAR e ao Presidente da ACAMOP.

Sala das Sessões, em 25.06.91.

(a) ALBINO CORAZZA

#### JUSTIFICATIVA:

O projeto de construção de aeroporto de grande porte no município de Cascavel, para atender às necessidades dessa região, vem de encontro aos anseios da população oestina. O grande volume de recursos que a obra demandará, porém, exige que tal investimento seja feito da forma mais adequada para melhor atendimento e aumento do alcance dos benefícios que resultarão de sua execução.

É de conhecimento público que os dois principais pólos comerciais, industriais, agropecuários e centros de decisões na referida região, são os municípios de Cascavel e Toledo. Estudos realizados há mais de cinco anos, por iniciativa da administração municipal "Toledo: Comunidade no Poder", comprovam a viabilidade técnica de instalação do referido aeroporto em área situada entre estes dois centros.

Tal decisão ampliará o potencial de atendimento regional do aeroporto, pois representará a implantação de um significativo instrumento de desenvolvimento e progresso para todo o Oeste do Paraná. Com a localização ora proposta, já viabilizada tecnicamente, estará facilitado o acesso ao benefício para todos os demais municípios, entre os quais destacamos: Marechal Cândido Rondon, Palotina, Guaíra, Assis Chateaubriand, Santa Helena e outros da região, inclusive de regiões circunvizinhas, como Umuarama e Campo Mourão.

#### REQUERIMENTO N° 1590

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso

Curitiba, terça, em 25.06.91

de suas atribuições regimentais, vem, muito respeitosamente à presença de Vossa Excelência REQUERER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, Roberto Requião, sugerindo que determine à douta Procuradoria Geral do Estado a elaboração de estudos objetivando verificar a viabilidade do Estado do Paraná arguir a inconstitucionalidade da Lei Complementar à Constituição Federal n° 63, de 11 de janeiro de 1991, tendo em vista ferir, a nosso ver, o princípio da autonomia dos Estados e Municípios, ao fixar critérios para a distribuição de percentual do ICMS aos municípios.

Sala das Sessões, em 25.06.91.

(a) DURVAL AMARAL

#### JUSTIFICATIVA:

A Lei Complementar n° 63/90 aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo então Presidente da República, Senhor José Sarney, é, a nosso ver, manifestamente inconstitucional, pois ao fixar critérios para o repasse de percentual da Receita do ICMS aos municípios, feriu o Princípio de Autonomia Estadual e Municipal, consagrado pela Magna Carta Brasileira, visto que tal atribuição estaria afeta às Assembléias Legislativas.

A Lei complementar em questão, trouxe no seu bojo, preceitos generalizantes que, de forma alguma, atendem às necessidades e diferenças dos Estados e Distrito Federal, acarretando anomalias sensíveis, principalmente aos estados produtores de energia elétrica e combustíveis derivados de Petróleo, de modo a prejudicar os municípios que compõem os mesmos.

O Paraná foi um dos maiores prejudicados pois é o maior exportador nacional de energia elétrica e grande beneficiador de derivados de petróleo.

A bem da verdade, o problema tem raízes na Constituição Federal que, em seu artigo 155, § 2°, X, b, tornou imune da iniciativa de ICMS as transferências a outros Estados dos produtos referidos no Parágrafo anterior e a Lei Complementar n° 63/90 inclui os mesmos como produtos industrializados para formação do índice para distribuição do ICMS para os municípios.

Entendemos, nobres pares, que a melhor solução seria o respeito à autonomia dos Estados e Municípios, que investidos de prerrogativa constitucional decidiram sobre a melhor forma para estabelecimento, observando suas peculiaridades.

#### REQUERIMENTO N° 1591

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, envio de expediente ao Sr.

Secretário de Estado da Segurança Pública, Moacir José Favetti e Senhor Diretor da Polícia Civil do Estado, José Maria de Paula Correia, solicitando a designação de um Delegado Titular para assumir a Delegacia de Polícia Civil de Dois Vizinhos.

Sala das Sessões, em 25.06.91.

(a) OVIDIO CONSTANTINO

#### JUSTIFICATIVA:

Dois Vizinhos, no sudoeste do Estado, é um pólo regional, industrial e agropecuário. É a terceira cidade de uma região composta por 30 municípios, possui o maior orçamento da região, tendo sido o município de maior arrecadação regional nos últimos anos. Conta hoje com uma população de 60 mil habitantes; que na área urbana vem aumentando grandemente.

Há bastante migração e em função da proximidade de países como Paraguai e Argentina, o fluxo de pessoas no município é grande.

Por vários anos a Delegacia de Polícia local foi comandada por Delegado Titular, que alguns meses foi transferido, sendo substituído por um Delegado Suplente.

As características do município, descritas acima, são bases para nossa solicitação de urgente designação de um Delegado Titular para aquela Delegacia, para organizar e garantir a segurança aos municípios.

#### REQUERIMENTO N° 1584

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no pleno uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de correspondência ao Excelentíssimo Senhor JOSÉ MOACIR FAVETTI, solicitando providências urgentes para dotar o Município de estrutura de segurança pública, que possibilite a identificação de um assaltante, que tem agido constantemente, escondido por um capuz.

Requer ainda, que da decisão sejam informadas as autoridades civis, militares e eclesiásticas do Município, além de todas as pessoas mencionadas na justificativa que acompanha o presente requerimento.

Sala das Sessões, em 25.06.91.

(a) EDSON SILVA LINO

#### JUSTIFICATIVA:

Uma comissão composta pelos Senhores Osvaldo Lacerda, Presidente do PMDB de Cândido de Abreu, Pedro Lufici, Vereador; Raimundo Moro, Vereador; Samuel Delgado, Farmacêutico; Claudir Copertini, Comerciante; Wilson Reis Pinto, Comerciante e Lázaro Tostes, Agricultor, procurou-nos, relatando ocorrências que põem em risco a população do Município de Cândido de Abreu, gerando insegurança e até mesmo pânico para seus moradores.

Um indivíduo desconhecido, pois age

com a cabeça encoberta por um capuz, assaltou e feriu vários moradores, cuja relação, registramos, para que a veracidade desses atos, jamais possa ser contestada:

Stanislau Miskiewski, comerciante, foi assaltado e esfaqueado na garagem de sua casa; Marcos Ptolowanciz, foi assaltado, e só não levou tiros por erro de pontaria do assaltante; Vitório Patek, foi assaltado no Country Club e vítima de tentativa de morte; Moacir Pereira Cruz, cerealista, foi assaltado e vítima de tentativa de assassinato dentro da cidade; Manoel Rosa Sobrinho, agricultor, foi assaltado na localidade de Parizinho; Eugênio Viglos teve sua casa assaltada com grandes prejuízos materiais; Edgard Seheupanski, foi assaltado e ferido à bala no braço; Cláudio, proprietário da Cerâmica Ivaí, localizada no Bairro do Cerino, teve sua empresa assaltada; Wilson R. Souza, fotógrafo, foi vítima de tentativa de assalto; o mesmo ocorrendo com Ângelo Mazuko, pecuarista e Durval Antonio Daros, proprietário do Posto Texaco, todos vítimas do "encapuzado".

Ora, em que se pese a boa vontade e o dinamismo das autoridades locais responsáveis, toda a estrutura de segurança de Cândido de Abreu, deixa muito a desejar.

Tanto à Polícia Civil quanto à Polícia Militar, faltam veículos com condições perfeitas de uso, o contingente físico é insuficiente, e desde as instalações da delegacia estão em estado precário.

A violência, o medo e a insegurança incorporaram-se à cultura do Município, fazendo parte do cotidiano.

Não podemos permitir que os crimes se agravem. Se até agora houveram ferimentos e prejuízos, não vamos esperar que vidas sejam ceifadas, para então tomarmos providências.

O crescimento da marginalidade e da violência é diretamente proporcional à falta de estrutura para combatê-las.

Será possível que cada município do Estado precise ressuscitar o seu "Jack o Estripador", para só depois escrever com sangue a sua triste história, para oferecer segurança aos seus filhos?

Urge que providências sejam tomadas, e nós a solicitamos ao nosso Secretário de Segurança Pública, certos de que seremos atendidos.

Estamos vivendo uma situação tal, que solicitamos aquilo que constitucionalmente temos direito, o que podemos exigir.

#### REQUERIMENTO N° 1592

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUEREM, envio de telex ao Ministro da Justiça, Jarbas Passarinho; ao Diretor da Polícia Federal, Romeu Tuma; ao Gover-

nador do Estado, Roberto Requião e ao Secretário de Estado da Segurança Pública, Moacir Favetti, solicitando providências urgentes e imediatas no sentido de investigar e apurar a criação de milícias privadas por fazendeiros do norte pioneiro do Estado, conforme denúncia feita pelo Jornal Folha de Londrina (cópia em anexo), em sua página 13, na edição de 20.06.91, numa atitude que traz insegurança a toda a população daquela região e que se confronta com a Constituição Federal que é clara ao definir o Estado como órgão absoluto na área de Segurança Pública, na defesa do cidadão e na manutenção da ordem, e requer ainda seja dada ciência do presente à FE-TAEP, aos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais da região norte pioneiro e ao Departamento dos Trabalhadores Rurais da CUT/PR.

Sala das Sessões, em 25.06.91.

(a) OVIDIO CONSTANTINO

(a) DR. ROSINHA

(a) ERNANI PUDELL

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 263/91

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO JARDIM ESPLANADA - ASJE, situada na cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.06.91.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de utilidade pública tem sede e foro na cidade de Ponta Grossa e está devidamente registrada sob o número de ordem 730 do livro A-3 do Registro Civil das Pessoas Jurídicas daquele Município.

Fundada em 23 de fevereiro de 1986, tem como finalidade conquistar melhorias referentes à urbanização e infra-estrutura do Jardim Esplanada, além de desenvolver e incentivar atividades recreativas, esportivas, assistenciais e culturais em benefício da comunidade.

Pelo exposto, submetemos o presente plano de lei à apreciação dos nossos nobres pares, solicitando afinal a sua aprovação.

PROJETO DE LEI N° 264/91

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE ALTÔNIA, com sede e domicílio na

Curitiba, terça, em 25.06.91

cidade de Altônia - Paraná.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.06.91.

(a) DIRCEU MANFRINATO

JUSTIFICATIVA:

A Associação Comercial e Industrial de Altônia, fundada em 26 de novembro de 1977, é uma sociedade sem fins lucrativos e tem por finalidade básica congregar e orientar as classes produtoras do município de Altônia.

A Associação, além de representar e defender seus associados perante os poderes públicos, promove estudos que visem o desenvolvimento da indústria, comércio e lavoura; proporciona a todos os associados, entre outras, assistência jurídica, administrativa e fiscal, através de seus órgãos competentes, razão pela qual apresentamos o presente Projeto de Lei que, se aprovado por esta Casa, contribuirá para o melhor desenvolvimento de suas atividades.

PROJETO DE LEI N° 265/91

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Ficam criados os Centros de Convivência de Mulheres, que se constituem de casas destinadas a acolher mulheres vítimas de violência ou cuja integridade física corra riscos em decorrência de agressões ou ameaças por parte de seus maridos ou companheiros.

Parágrafo Único - Nos centros de que trata esta lei será garantido a infra-estrutura necessária para acolher também os filhos menores de 14 anos.

Art. 2° - Os Centros de Convivência de Mulheres deverão possibilitar às mulheres:

I - localização de sua problemática no interior do contexto social e de sua realidade familiar;

II - a escolha do que for mais adequado em sua situação, objetivando proporcionar uma vida melhor para si e sua família.

Art. 3° - São consideradas elegíveis para ingressar nos Centros as mulheres, sós ou acompanhadas de seus filhos menores de 14 anos, vítima de violência que:

I - estejam correndo risco de vida ou sob ameaça de agressões físicas;

II - declarem não dispor de outro local onde possam abrigar-se;

III - não apresentem problema de saúde que impeça a convivência em grupo.

Parágrafo Único - As mulheres consideradas não elegíveis em face do não preenchimento do requisito previsto no inciso III deste artigo, serão encaminhadas, pelo setor de triagem dos Centros, à instituição específica de saúde, a fim de receber o devido acompanhamento médico, levando-se

em consideração a situação da vítima de violência.

Art. 4º - O encaminhamento aos Centros de Convivência de Mulheres será feito:

I - pelas Delegacias de Polícia ou Distrito, no ato de registro de queixa policial;

II - por órgão público;

III - por procura direta da mulher.

Parágrafo Único - Nos casos dos incisos I e II, as mulheres deverão se fazer acompanhar de competente relatório.

Art. 5º - Os Centros de Convivência de Mulheres de que trata esta Lei contarão, além de outros definidos em sua regulamentação, de serviços de Psicologia e Assistência Social, aos quais caberão proceder a triagem e acompanhamento dos casos e aconselhar a liberação ou não das mulheres acolhidas.

Art. 6º - Os Centros de Convivência de Mulheres devem prestar os seguintes serviços:

I - assistência social e psicológica, visando a reintegração sócio-psicológica das mulheres;

II - apoio jurídico para acompanhamento e defesa processual;

III - saúde;

IV - oferta e disponibilidade de empregos;

V - garantia de segurança de vida para as mulheres sob ameaça;

VI - apoio à locação de imóveis;

VII - apoio e assistência aos filhos menores de 14 anos.

Art. 7º - Os Centros de Convivência de Mulheres ficarão sob responsabilidade da Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social - SETA - sendo fiscalizadas por entidades e movimentos de mulheres.

§ 1º - Será instalado, prioritariamente, um Centro de Convivência de Mulheres em cada região administrativa do Estado;

§ 2º - A instalação dos Centros de Convivência de Mulheres em número mínimo que atenda o disposto no parágrafo anterior se dará no prazo de um ano a contar da publicação desta Lei.

Art. 8º - Os Centros de Convivência de Mulheres serão administrados por conselhos diretivos compostos por:

I - 2 (dois) representantes da Secretaria de Estado do Trabalho e da Ação Social;

II - 3 (três) representantes dos Movimentos de Mulheres por estes indicados.

Art. 9º - As mulheres que buscarem apoio dos Centros de que trata esta Lei serão encaminhadas a fim de proceder o registro de notícias crimes junto às Delegacias da Mulher.

Art. 10 - Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênios com projetos

correlatos a nível Municipal e Federal.

Art. 11 - Os recursos para implantação dos Centros de Convivência de Mulheres serão assegurados no orçamento para o exercício de 1992.

Art. 12 - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 13 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 25.06.91.

(a) DOUTOR ROSINHA

Apoiamento: Ernani Pudell, Ovídio Constantino, Lourenço Fregonese e Paulo Maia.

JUSTIFICATIVA:

A violência contra a mulher está entre as faces mais terríveis de nossa sociedade.

O direito à vida sem violência física e emocional (ou sem temor à ela) é um direito humano básico. A violência contra a mulher é crime.

Um crime que não se restringe a determinadas classes sociais ou culturais, tão pouco a segmentos de baixo nível cultural. Trata-se de um crime que existe em toda a sociedade, por mais que não apareçam nas estatísticas ou que as "aparências" seja mantidas.

A violência contra a mulher afeta seriamente as crianças. A convivência cotidiana com a violência gera a "imagem" de normalidade, permitindo a reprodução por gerações dos elementos sociais, econômicos e ideológicos desta situação.

A violência contra a mulher advém da estrutura patriarcal de nossa sociedade, das estruturas econômicas e da reprodução ideológica e educacional, que constroem a imagem da mulher como ser inferior.

A violência contra as mulheres possui um grande cúmplice: o silêncio. Os homens que se omitem e as mulheres que temem pela carga que a sociedade lhes imporá a partir da denúncia.

Somos de fato uma sociedade hipócrita.

A violência contra as mulheres é um crime, um grande problema social.

A violência contra as mulheres não é de forma alguma uma questão privada.

Cabe à sociedade e também ao Estado a responsabilidade na luta pela superação deste problema.

O que propomos neste momento é um serviço prestado pelo município, respaldado na Constituição Federal, na Constituição do Estado do Paraná, e na Lei Orgânica do Município de Curitiba. Um serviço que serve de apoio às vítimas da violência contra a mulher e também de denúncia permanente.

Com este espírito que propomos a criação dos Centros de Convivência de Mulheres.

O que é e qual é a função de um Centro de Convivência de Mulheres

Os Centros de Convivência de Mulheres são casas destinadas a acolher mulheres vítimas de violência, possibilitando um espaço onde possam se recompor física, psico e socialmente.

Assim os CCM devem garantir:

1. Apoio psicológico e de assistência social: as mulheres vítimas de violência sofrem um preconceito social muito grande, e com a saída de casa, o que provoca um desequilíbrio muito grande na vida da mulher.

Nesse sentido é necessário apoio para que a mulher encontre um novo equilíbrio e possa se reintegrar socialmente superando os preconceitos.

2. Apoio jurídico e acompanhamento e defesa de seus processos no poder judiciário: a situação de separação demanda de uma série de ações jurídicas desde a separação de casal e posse dos filhos até a punição do culpado (quando for o caso).

3. O serviço de oferta de emprego e de locação de imóveis são necessários, pois normalmente a mulher quando é obrigada a se retirar de casa, precisa necessariamente recompor sua vida.

Os preconceitos que se abatem às mulheres com filhos, separadas de seus maridos e a partir de uma certa idade, torna extremamente difícil um emprego como a locação de um imóvel.

4. Serviço para a devida acomodação dos filhos: quando a mulher se vê obrigada a abandonar o lar e levar consigo seus filhos, é necessário garantir aos filhos boas condições, pois estes já enfrentam uma situação difícil, e sem ter garantidas algumas condições mínimas de apoio psicológico, médico e pedagógico.

Também é importante resguardar a mulher atendida pelo CCM de várias de suas responsabilidades maternas para que possa se recuperar devidamente de sua condição de vítima de violência.

5. Serviço de saúde, pois além de possíveis danos físicos provocados pela violência é necessário serviço de assistência médica nas questões relativas à mulher.

#### A Triagem

A triagem será feita pelo próprio serviço psicológico e de assistência social do CCM, que desenvolverá toda uma metodologia própria para este fim, podendo assim estabelecer o tipo de cuidados necessários e definir o tempo de permanência das mulheres acolhidas.

Estes serviços também deverão ser prestados a mulheres vítimas de violência, internadas em casas de saúde ou para doentes mentais, com os mesmos propósitos, mesmo não estando acolhidas pelo CCM.

Curitiba, terça, em 25.06.91

#### A Participação do Movimento de Mulheres

Os movimentos organizados de mulheres têm desempenhado um papel importante e ao mesmo tempo desenvolvido todo um saber a cerca das mulheres vítimas de violência e do trato da questão, que os credencia perfeitamente ao papel de fiscalizadores tanto quanto de participantes do conselho diretivo do CCM.

#### Os Centros de Convivência no Brasil e no Mundo

A primeira experiência surgiu na Inglaterra em 1971, expandindo-se posteriormente para o Canadá, Estados Unidos, França, Espanha, Alemanha, Dinamarca e Austrália. Pelos dados de 1980 constatamos a existência de 71 CCM no Canadá, 79 nos EUA, e 200 na Escócia, Inglaterra e País de Gales.

O primeiro CCM instalado no Brasil ocorreu em 10 de novembro de 1986 na cidade de São Paulo.

PROJETO DE LEI N° 266/91

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

#### TÍTULO I

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1° - O Sistema Único de Saúde - SUS, de que tratam as Leis Federais n° 8080, de 19 de setembro de 1990, e n° 8142, de 28 de dezembro de 1990, contará em nível estadual, sem prejuízo das funções do Poder Legislativo, com as seguintes instâncias colegiadas:

- I - Conferência Estadual de Saúde; e
- II - Conselho Estadual de Saúde.

§ 1° - A representação dos usuários na Conferência Estadual de Saúde e no Conselho Estadual de Saúde será paritária na proporção de 50% (cinquenta por cento) em relação ao conjunto dos demais segmentos (representantes do governo, prestadores de serviço e profissionais de saúde).

§ 2° - Regimento Interno aprovado pelos respectivos colegiados disporá sobre a organização e forma de funcionamento da Conferência Estadual de Saúde e do Conselho Estadual de Saúde.

#### TÍTULO II

#### DA CONFERÊNCIA ESTADUAL DE SAÚDE

Art. 2° - A Conferência Estadual de Saúde terá poder deliberativo e dela participarão os vários segmentos sociais, para avaliar a situação de saúde e propor as diretrizes para a formulação da política estadual de saúde.

Art. 3º - A Conferência Estadual de Saúde reunir-se-á ordinariamente a cada 2 (dois) anos, sendo a primeira convocada pelo Poder Executivo Estadual, e as demais por este ou pelo Conselho Estadual de Saúde.

Parágrafo Único - O Conselho Estadual de Saúde e o Poder Executivo poderão convocar extraordinariamente Conferências de Saúde.

### TÍTULO III

#### DO CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

Art. 4º - O Conselho Estadual de Saúde, órgão colegiado em caráter permanente e deliberativo composto por representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários, tem as seguintes atribuições:

I - planejar, organizar, controlar e avaliar as ações e os serviços de saúde;

II - acompanhar, avaliar e fiscalizar os serviços de saúde público ou privado;

III - definir prioridades de saúde, elaborar o Plano Estadual de Saúde e controlar sua execução;

IV - definir critérios de qualidade para os serviços oferecidos pelo Estado;

V - administrar o Fundo Estadual de Saúde;

VI - emitir parecer quanto a localização de unidades prestadoras de serviços de saúde, públicas ou privadas;

VII - definir prioridades para a celebração de contratos entre o setor público e entidades privadas;

VIII - organizar as Conferências Estaduais de Saúde;

IX - divulgar o nível de saúde da população;

X - participar da formulação e execução da política de recursos humanos;

XI - atuar no meio ambiente e nos ambientes de trabalho;

XII - estimular a participação popular;

XIII - elaborar o programa de educação à saúde;

XIV - ser responsável por toda política de saúde do Estado;

XV - elaborar o seu regimento interno.

Art. 5º - O Conselho Estadual de Saúde, presidido por um de seus representantes eleito por seus pares, tem a seguinte composição:

I - 1 (um) representante da Central Única dos Trabalhadores;

II - 1 (um) representante da Central Força Sindical;

III - 1 (um) representante da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná - FETAEP;

IV - 1 (um) representante da Federação das Associações de Moradores do Estado do Paraná - FAMOPAR;

V - 1 (um) representante da Pró-Central de Movimentos Populares;

VI - 1 (um) representante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - MST;

VII - 1 (um) representante da Federação na Agricultura do Estado do Paraná - FAEP;

VIII - 1 (um) representante da Federação das Indústrias do Estado do Paraná - FIEP;

IX - 1 (um) representante da Federação no Comércio do Estado do Paraná - FCEP;

X - 1 (um) representante do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde - CEBES;

XI - 1 (um) representante das entidades de movimentos de mulheres;

XII - 1 (um) representante das entidades de Movimento Estudantil;

XIII - 1 (um) representante das entidades do movimento negro;

XIV - 1 (um) representante das entidades dos portadores de deficiências;

XV - 1 (um) representante das entidades dos portadores de doenças e patologias;

XVI - 1 (um) representante do Sindicato dos Servidores Públicos de Saúde e Previdência Social no Estado do Paraná;

XVII - 6 (seis) representantes das entidades dos profissionais de saúde (médicos, odontologistas, fonoaudiologistas, enfermeiros, psicólogos, etc.);

XVIII - 1 (um) representante das instituições filantrópicas de saúde;

XIX - 1 (um) representante das instituições privadas de saúde;

XX - 1 (um) representante da Universidade Federal do Paraná;

XXI - 1 (um) representante das Universidades Estaduais do Paraná;

XXII - 2 (dois) representantes da Secretaria de Saúde do Paraná;

XXIII - 1 (um) representante da Associação Paranaense dos Secretários Municipais de Saúde - APASEMS.

§ 1º - Os membros do Conselho serão escolhidos pelos respectivos pares, cabendo ao Poder Executivo, sem entrar no mérito da escolha, a homologação e respectiva nomeação por Decreto.

§ 2º - O mandato dos membros do CMS será de 2 (dois) anos, podendo ser substituído por seus pares ou por mais um.

§ 3º - As funções dos membros do CES não serão remuneradas, sendo seu exercício considerado relevante serviço à prestação da saúde da população.

Art. 6º - O Conselho reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês e extraordinariamente quando convocado pelo presidente ou a requerimento da maioria de seus membros.

§ 1º - As sessões plenárias do CES instalar-se-ão com a presença da maioria dos seus membros que deliberarão pela maioria dos votos dos presentes.

§ 2º - Cada membro terá direito a 1 (um) voto.

#### TÍTULO IV DO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE

Art. 7º - Os recursos financeiros do Sistema Único de Saúde - SUS, serão depositados em conta especial, no Banco do Estado do Paraná S/A e constituirão o Fundo Estadual de Saúde - FES.

§ 1º - O FES será gerido pelo Conselho Estadual de Saúde e estará sob a responsabilidade da Secretaria Estadual de Saúde.

§ 2º - O FES será constituído, entre outras, pelas seguintes fontes de recursos:

- I - serviços que possam ser prestados sem prejuízo da assistência à saúde;
- II - ajudas, contribuições, doações e donativos;
- III - alienações patrimoniais e rendimentos de capital;
- IV - taxas, multas, emolumentos e preços públicos arrecadados no âmbito do Sistema Único de Saúde;
- V - rendas eventuais, inclusive comerciais e industriais;
- VI - 10% (dez por cento), no mínimo, do orçamento estadual;
- VII - recursos da Seguridade Social da União;
- VIII - recursos da União;
- IX - recursos de convênios.

§ 3º - Os recursos do FES serão destinados unicamente para despesas de atendimento à saúde da população.

#### TÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 8º - A primeira Conferência Estadual de Saúde será convocada pelo Poder Executivo Estadual até 30 de agosto de 1991 e deverá acontecer antes da realização da Conferência Nacional de Saúde.

Art. 9º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 10 - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.06.91.

(a) DOUTOR ROSINHA  
(a) OVÍDIO CONSTANTINO  
(a) ERNANI PUDELL

Apoiamento: Paulo Maia e Basílio Zanusso.  
JUSTIFICATIVA:

Curitiba, terça, em 25.06.91

Na Constituição Federal de outubro de 1988 a participação social, ou participação popular, ou participação da comunidade (não importa como é chamada) é tema de diversos artigos, parágrafos e incisos.

Em vários momentos a Constituição garante a organização e a participação da sociedade nas decisões políticas e consequentemente nos destinos do País.

No Capítulo da Seguridade Social (Capítulo II do Título VIII - Da Ordem Social) é também tratada a participação da sociedade. O artigo 194, inciso VII especifica a participação da comunidade, "em especial de trabalhadores, empresários e aposentados".

Na Seção da Saúde, o artigo 198 dispõe como uma das diretrizes do Sistema Único de Saúde, em seu inciso III, justamente a participação da comunidade. A questão ainda é reiterada no artigo 204, que trata da Assistência Social, e no qual é estabelecida a diretriz da "participação da população por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis".

A Lei Orgânica do Sistema Único de Saúde (Lei Federal nº 8080, de 19.09.90), em seu artigo 15, I, estabelece como atribuição comum à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a "definição das instâncias e mecanismos de controle, avaliação e de fiscalização das ações e serviços de saúde". A Lei nº 8142, de 28.12.90, já no seu artigo 1º define as instâncias de controle, avaliação e fiscalização das ações e serviços de saúde, como sendo as Conferências e os Conselhos nos seus vários níveis.

A Constituição do Estado do Paraná, promulgada no dia 5 de outubro de 1989, em seu artigo 169, inciso III deixa claro a participação da comunidade. Lá está inserido que a "integração da comunidade" se dá "através da constituição do Conselho Estadual de Saúde em caráter deliberativo, garantida a participação dos usuários, prestadores de serviços e gestores".

A Constituição Estadual não define em que percentual cada segmento da sociedade participará do Conselho, mas a Lei nº 8142 define claramente que metade dele será composto por usuários, e os outros 50% (cinquenta por cento) pelos demais segmentos.

A Lei nº 8142, em seu artigo 4º estabelece, entre outros, a obrigatoriedade do Estado constituir o Conselho Estadual de Saúde e o Fundo Estadual de Saúde para receber recursos a serem aplicados no setor de saúde. Tal obrigatoriedade é reforçada na Norma Operacional Básica nº 1/91.

Por força da Lei nº 8142, por analogia constitucional, pelo disposto no artigo 169, III da Constituição do Estado e por

convicção de que a democracia deve ser participativa é que submetemos a esta. Colenda Casa o presente projeto de lei criando o Conselho Estadual de Saúde. Mais do que nunca, com a crise que atravessa o País principalmente na questão da saúde, é necessária a participação popular para decidir o seu destino e os destinos do Sistema Único de Saúde.

## PROJETO DE LEI N° 267/91

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## D E C R E T A:

Art. 1° - Fica criado o Sistema Estadual de Crédito Educativo para alunos do ensino universitário e de especialização técnica e científica.

Art. 2° - O Sistema Estadual de Crédito Educativo será financiado com recursos próprios do ensino superior do Estado, orçamentários, e se destina a financiar os gastos com a educação de alunos de famílias de renda igual ou inferior a 8 (oito) salários-mínimos.

Parágrafo Único - A critério de uma Comissão Coordenadora do Sistema Estadual de Crédito Educativo, a ser nomeada pelo Governo do Estado, poderão ser concedidas bolsas para estudantes e famílias cuja renda não ultrapasse quatro salários-mínimos e meia bolsa para os que não ultrapassem oito salários-mínimos de renda mensal.

Alínea a - A Comissão Coordenadora do Sistema Estadual de Crédito Educativo poderá organizar, implantar e conceder financiamentos para estudos e cursos, com recuperação financeira após a conclusão da habilitação profissional.

Art. 3° - A habilitação dos estudantes ao crédito educativo estadual estará condicionada a pedido dos diretamente interessados, desde que tenham obtido no último ano do curso secundário estadual, notas iguais ou superiores a 7 (sete) por disciplina, com única exceção de um 5 (cinco).

Art. 4° - O Governo do Estado criará Comissão Especial implantadora do Sistema Estadual de Crédito Educativo, composta de 7 (sete) membros, sob a coordenação de um representante da Secretaria de Estado da Tecnologia e do Ensino Superior, para funcionamento do sistema em 1992.

Art. 5° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.06.91.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

O Governo do Paraná vem cumprindo suas

responsabilidades para com a educação de nível superior no Estado.

Quem não o faz satisfatoriamente é o Governo da União, que, embora reconhecendo a qualidade do ensino das Universidades e Faculdades Estaduais do Paraná, não se empenhou em federalizá-las, agora em pretexto de sua ambigüidade filosófica, política e administrativa a respeito do ensino superior público e gratuito.

Por sua vez, o Governo do Paraná, mesmo contraditando os custos exorbitantes da liberalidade administrativa das escolas de nível superior, tem concorrido para a ampliação do ensino superior e disseminação de habilitações profissionais pelas regiões do Estado.

Esse ônus educacional cresce na medida em que, como unidade federativa, recebemos milhares de estudantes de outros Estados, em nossos vestibulares. E é o que ocorre muito significativamente com a Universidade Federal do Paraná, já de natural procurada por ser sediada na Capital do Estado.

Este verdadeiro mutirão de esforços e empenhos tem pesado de maneira especial sobre a Região Metropolitana de Curitiba, onde os trabalhadores e famílias de baixa renda têm dificuldades, muitas vezes intransponíveis, para alcançar a educação superior, seja pelo limitado número de vagas disputado por todo o País, seja pelos custos das universidades e faculdades privadas.

De outro lado, a ajuda e a promoção às pessoas de baixa renda devem objetivar que elas próprias se ajudem, repudiando o paternalismo falsamente protetor, parente próximo do clientelismo eleitoral. Sem esquecer que interessa ao Paraná e ao seu futuro o estímulo ao bom estudante sem boas condições financeiras de prosseguir sua formação ao limite de suas potencialidades reveladas.

Acreditamos que se conjugam neste projeto de lei a inescusável responsabilidade do Estado, a democratização das oportunidades de educação superior e um sistema criterioso de concessão de bolsas completas e parciais de educação.

## PROJETO DE LEI N° 268/91

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

## D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarado de Utilidade Pública o CENTRO PARANAENSE DE CURITIBA, com sede e foro jurídico nesta Capital.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.06.91.

(a) LOURENÇO FREGONESE.

**JUSTIFICATIVA:**

O Centro Paranaense de Curitiba é uma sociedade civil devidamente constituída com seu Estatuto regularmente registrado no Cartório do 2º Ofício de Registro de Títulos e Documentos nesta Capital.

Constata-se outrossim, pelo art. 37 do Estatuto, que os membros da sua Diretoria não são remunerados.

A finalidade da sociedade é particularmente congregar em seu seio, filhos e simpatizantes da Cidade de Paranaguá, residentes nesta Capital, promovendo dentre os associados festividades de cunho recreativo, artístico e beneficente e, dentro de suas possibilidades, dar assistência social aos sócios e seus familiares.

É também uma entidade que promove a divulgação da principal cidade do nosso Litoral, cooperando conseqüentemente com as nossas autoridades para o desenvolvimento turístico da região.

Esses os principais motivos pelos quais tomamos a iniciativa do presente plano de Lei, que temos certeza merecerá a aprovação unânime dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - No Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Geraldo Cartário.

O SR. GERALDO CARTÁRIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A violência contra o trabalhador na Bosch, divulgada pela imprensa do Paraná, no dia de hoje.

"Ao que tudo indica, algumas empresas paranaenses estão sendo afetadas pela propaganda do neoliberalismo brasileiro: dizem que o operário japonês adota a religião e a filosofia dos patrões; e que chega a pensar e respirar como os patrões. Afirmam que o operário alemão gosta muito mais do trabalho do que do salário; até do que da sua liberdade.

Tudo serve como pretexto para negar direitos mínimos dos trabalhadores, como se a vontade dos patrões fosse a lei...

A Indústria Bosch, da Cidade Industrial de Curitiba, demitiu o operador de máquinas Aparecido Custódio da Silva, com a alegação de "demissão por justa causa".

Porque ele teria utilizado o quadro de avisos da empresa para agradecer a votação que teve para dirigir a CIPA - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes.

Essa alegação é não só indevida, como criminosa, porque a legislação trabalhista não pode ser utilizada para fins escusos. Não pode ser utilizada para subverter a liberdade e o direito.

Vamos dar uma lição de graça para os autoritários, para aqueles que pensam fazer chicanas jurídicas e ficar impunes: ao

participar de eleições internas, especialmente no interesse da própria fábrica - o trabalhador tem o direito de afixar editais, avisos e informações que digam respeito ao processo eletivo, desde que não o faça destruindo ou prejudicando o funcionamento de máquinas e equipamentos da empresa, e em local próprio para esse fim.

Em contrapartida, tanto a comunicação de apuração, do resultado e, conseqüentemente, o agradecimento pode e deve ser posto em local de avisos. Por que não?

Se foi essa a causa da demissão ela é duplamente grave:

1º - porque algum irascível e furibundo mandarim pensa que pode mandar e manter todos sob o chicote, contrariando elementos princípios de liberdade;

2º - porque a alegação de "justa causa" é assunto oriundo da mente de algum assessor formado à imagem e semelhança do ditador da empresa.

O operador de máquinas, Aparecido da Silva foi vítima de uma brutalidade, além de uma injustiça, praticada pela Fábrica Bosch.

Não acreditou que sua liberdade fosse agravada por um ditador descontente com sua eleição para a CIPA.

E não acreditou que esse artifício de inventar a "demissão por justa causa" ficasse impune. Porque o problema não é só ganhar na Justiça; é punir essa violência!

Daí sua greve de protesto. Sua greve de fome defronte à Bosch é um libelo contra a atitude e a desfaçatez dos responsáveis pela lesão ao direito dos trabalhadores, revelada neste episódio.

Nossa solidariedade ao líder metalúrgico Aparecido Custódio da Silva e o estímulo para que defenda intransigentemente sua dignidade e seu direito ao trabalho e a pensar por si mesmo".

Senhor Presidente, Senhores Deputados, apresentamos um Projeto na Assembléia, no dia de hoje, que cria o sistema estadual de crédito educativo.

(Lê o Projeto nº 267/91).

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

**"O PARANÁ DEVE ENCONTRAR A MODERNIDADE**

1) - Estamos muito longe do ideal da Educação Permanente, de que nos falam os estudiosos da educação. A sociedade hoje mais pratica a regressão dos conhecimentos formais do que os conserva e amplia num movimento contínuo.

Apenas os profissionais e especialistas conservam conhecimentos do seu setor e os ampliam, beneficiando-se e a toda a sociedade em que vivem. Apenas os detentores de conhecimentos gerais os conservam de alguma forma.

Aquelas camadas que estão sendo obrigadas a assimilar os conhecimentos básicos

de 1° e 2° graus, como degraus para o desenvolvimento da cidadania e preparação ao aprendizado técnico-científico não estão alcançando guardar essa aquisição. O desuso as confunde e a falta de exercício afeta a memória...

2) Estamos muito longe da Educação Intensiva, de efeitos multiplicadores, com avanços verticais e horizontais, com acesso a todos os interessados.

Extensão e Intensividade constituem a universalização da educação, que é a prioridade brasileira.

Podemos pensar, ainda, na educação extensiva, em que se descortine a qualificação como complemento dessa expansão escolar, embora a experiência nos tenha demonstrado nossa incompetência para encontrar a qualidade na quantidade. O resultado está nessa deterioração da qualidade e nessa degenerescência do sistema educacional.

3) - Temos consciência de que entre as muitas tarefas da educação brasileira se destacam três:

a) - a expansão da rede escolar, democraticamente, para que todos os brasileiros tenham acesso à educação;

b) e consigam atingir uma habilitação profissional que, hoje, só a escola pode propiciar a contento;

c) consigam, por condições de conhecimentos e intelectivas, e por mérito demonstrado, chegar ao 3° grau, na Universidade.

Enquanto a educação brasileira não for pensada no seu conjunto e devidamente articulada continuaremos a lançar programas educacionais bombásticos, mais demagógicos do que funcionais.

E, como vimos na avaliação feita pelo Banco Mundial sobre o portentoso programa educacional do Ministro Chiarelli, nenhum país do mundo, principalmente os subdesenvolvidos, pode considerar que tudo é prioridade - do pré-escolar ao curso de doutorado.

Se me permitirem os mestres em planejamento da educação, nós temos uma prioridade nacional, que é o ensino técnico de segundo grau.

E duas condições fundamentais: a extensão da rede de primeiro grau a todos os brasileiros, com reformas qualitativas voltadas especialmente para a cultura da criança pobre; e a ampliação de acesso aos cursos superiores, de maneira que na democracia que estamos procurando o primeiro vestibular que seja feito pela renda do aluno.

Os governos do Paraná tem cumprido sua responsabilidade para com o ensino superior, sangrando o tesouro para que o interior, pelas sedes microrregionais mais dinâmicas e em áreas de maior densidade

populacional, tenham escolas de 3° grau, e os estudantes tenham acesso ao ensino universitário.

Essa preocupação precisa continuar, até que o Governo Federal federalize nossas universidades estaduais, liberando nossos recursos para os graus básicos.

A Região Metropolitana de Curitiba tem contribuído enormemente para a educação superior do Paraná.

E só porque é sede da universidade Federal acabamos permitindo um déficit de vagas intolerável. A pretexto de que as faculdades privadas suplementariam a demanda de vagas.

Rigorosamente não podemos dizer que existe um deficit de vagas acadêmicas para os alunos ricos. As vagas existentes são deles, conforme nos dizem as estatísticas sobre educação e rendas. E não basta lutar pela escola pública e gratuita; é preciso fazer alguma coisa muito concreta, enquanto se pensa, enquanto se discute, enquanto se reforma, enquanto se planeja a educação.

Há necessidade de expansão do ensino superior a muitas áreas do Estado, mas há necessidade emergente de oportunizar a educação para as famílias de baixa renda; particularmente o ensino universitário. E a região que compreende hoje 1/3 (um terço) da população de nosso Estado é a que concentra hoje, em números impressionantes, a maior desassistência universitária. Mesmo porque, em número de vagas na Universidade Federal, tem que disputar com vestibulandos do interior do Paraná e de todo o Brasil.

Além de ser um assunto de Justiça Social é uma evidente necessidade que se ampliem as oportunidades educacionais."

Sr. Presidente, hoje a região metropolitana de Curitiba é a única que tem, como é do conhecimento de todos, 1/3 da população do Paraná em nossa região metropolitana. E o Governo do Estado não vem gastando sequer um centavo com o ensino de 3° Grau.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Ainda no Pequeno Expediente concedo a palavra ao Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há dias atrás ocupei esta tribuna para colocar a posição do meu Partido, o PMDB, em relação a um dos problemas mais angustiantes e mais importantes deste País que é o relacionamento à questão da aposentadoria dos homens e das mulheres deste país.

Inicialmente eu procurei fazer um rápido retrospecto desse problema, passando pela Assembléia Nacional Constituinte,

procurando registrar de maneira real a posição do PMDB, naquela fase, e, posteriormente, registrando também a posição do nosso partido a nível nacional na elaboração da legislação complementar em cima de uma mensagem do então Presidente Sarney e que depois de dois anos de exaustivos debates e discussões, com toda a sociedade brasileira, o Congresso aprovou e submeteu à sanção do Excelentíssimo Sr. Presidente da República que vetou, totalmente, aquela mensagem.

Na sequência, enviou ao Congresso uma nova mensagem que não teve contemplada a aposentadoria do trabalhador rural e da sua esposa, que também faz parte do capítulo da Previdência Social como direito assegurado na Constituinte, aos sessenta e cinco anos para o trabalhador e aos 60 anos para sua esposa.

Esta omissão por parte do atual Presidente da República em não contemplar na Mensagem aposentadoria do trabalhador e da sua esposa, me trouxe à tribuna para assegurar que o PMDB, Partido Majoritário no Congresso Nacional, através da sua bancada iria propor a nível de emenda na Comissão de Seguridade Social, a reparação desta falha imperdoável do Excelentíssimo Sr. Presidente da República.

E é exatamente sobre este assunto que volto à tribuna nesta tarde, para registrar mais uma vez, Sr. Presidente, a posição do PMDB diante desta matéria.

A Liderança do nosso Partido na Câmara dos Deputados, orientou seus membros na Comissão de Seguridade Social, para que, como Bancada Majoritária, procurasse emendar a Mensagem do Executivo e assegurasse ali, já que no Congresso Nacional as matérias têm, muitas delas, poder terminativo nas Comissões. Que assegurasse, portanto de início na Comissão de Seguridade Social o que a Constituição já prevê, ou seja a aposentadoria do homem do campo aos 60 anos e da sua esposa aos 55.

Foi exatamente o que aconteceu. Há poucos dias a Comissão de Seguridade Social da Câmara dos Deputados aprovou a mensagem do Executivo com algumas alterações, sendo que uma delas é exatamente esta a que me referi.

Sei que não foi apenas o meu partido a emendar aquela mensagem neste campo, mas falo pelo meu partido, registro a minha posição de meu partido e posso declarar, neste plenário, que a matéria, depois de aprovada, foi remetida ao Senado Federal.

Evidentemente que lamentamos que tudo isto tenha ocorrido somente agora, às vésperas do recesso de julho. Mas, infelizmente, sabemos que no Parlamento as coisas acontecem desta maneira. Não foi o Congresso o culpado pela demora no envio de uma nova mensagem. Se o Congresso demorou

para votar a primeira mensagem, foi exatamente porque teve que abrir um espaço para que toda a sociedade brasileira interessada pudesse se manifestar a respeito.

Mas, agora quem demorou foi o Sr. Presidente da República para enviar a mensagem ao Congresso. E, ao demorar, também o Congresso não poderia votá-la às pressas, dado sua relevância sobretudo neste aspecto de omissão quanto à aposentadoria do trabalhador rural e da sua esposa.

Por conseguinte, ao registrar a posição da minha bancada na Câmara dos Deputados, quero deixar aqui também registrado um apelo que faria em forma de requerimento, Sr. Presidente, se necessário formalizaria, aos membros do Senado Federal, muito especialmente às lideranças com assento no Senado Federal para que no início do mês de agosto, se possível na primeira quinzena, se analise, discuta e se vote esta matéria oriunda da Câmara Federal para que no mês de setembro, no mais tardar, possamos dar ao País uma Legislação previdenciária onde o trabalhador da cidade saiba quais são seus direitos para requerer aposentadoria. Igualmente o trabalhador do campo possa ver respeitado um princípio consagrado na Constituição Federal, que é o da aposentadoria aos 60 anos para o homem e 55 para a mulher. Que também seu salário não seja mais a metade do salário mínimo, que a própria Legislação Federal assegura um salário mínimo a título de qualquer benefício. A aposentadoria do trabalhador rural é um benefício da Previdência Social.

Eram estas as considerações que queria fazer da tribuna para registrar, de maneira muito clara, a posição do PMDB diante de um dos problemas mais sérios, mais angustiantes, mais graves que é este relativo à Previdência Social.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - No Pequeno Expediente com a palavra o Sr. Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Temos assistido ultimamente a diferentes manifestações de parlamentares geralmente que estão desvinculados da luta do trabalhador dizendo da imoralidade dos processos que acontecem via justiça com relação a ações trabalhistas, a "imoralidade" dessa indústria de ações trabalhistas que nós colocamos isso aí, inclusive, entre aspas.

Estamos assistindo ao Governo do Paraná, através do Secretário da Educação sair pelo Estado afora dizendo que o Paraná vai ter a melhor educação e os professores os melhores salários do Brasil.

Queremos crer que isto há de se

transformar em realidade porque esperamos que o magistério do Paraná, assim como outras categorias, não precisem vir à greve para cobrar um direito e uma promessa que ele faz e depois não cumpre. Nós assistimos há pouco tempo a várias entidades, várias fundações se manifestando através deste Plenário cobrando o que lhe é de direito. Estamos vendo manifestação contrária ao movimento justo das universidades do Paraná, das faculdades e demais instituições. Estamos assistindo hoje a mais uma manifestação de um segmento de trabalhadores do serviço público deste Estado. Segmento de extrema importância, que inclusive tem sido motivo de manifestações parlamentares aqui nesta Casa e em diferentes campos do País porque ele mexe, de fato, com aquilo que vai ser motivo do primeiro encontro mundial da ecologia neste País no Estado do Rio de Janeiro.

Nós estamos assistindo à manifestação, por um direito justo, dos trabalhadores do ITCF, que obviamente os que não têm compromissos com os trabalhadores do serviço público dirão que o governo tem intenções, que o governo pretende resolver esta situação que está posta. Estamos assistindo esses trabalhadores a serem discriminados porque fizeram uma manifestação por um direito que lhe foi roubado e que hoje representa uma perda de mais de 130% nos seus vencimentos. E não assistimos aqui, em momento algum, a defesa da Lei criada pelo Governo do PMDB que é a Lei 9.547 de 18 de janeiro de 1991 que propôs a reposição de 185% aos trabalhadores indistintamente do serviço público do Estado. Eu acredito que esta Lei é tão séria quanto outras Leis que foram aprovadas por este Plenário. E nesta Lei aprovada pelo Governo passado no seu artigo 4º diz o seguinte: "A data base de reajuste dos servidores da administração direta, das autarquias do Poder Executivo passa a ser 1º de junho." Esta Lei está aprovada pelo Governo do PMDB. Atualmente não se quer reconhecer a seriedade também de uma Lei que deixa a ser cumprida quando naquela oportunidade os trabalhadores pediam a revisão da data base e não eram atendidos e unilateralmente o Governador Álvaro Dias resolveu alterar a data base, e agora neste momento quando se esperava pelo menos a dignidade do respeito ao cumprimento a esta Lei que trataria da reposição e do reajuste dos servidores públicos do Paraná, nós não vemos nenhum Deputado vir à tribuna e defender também que esta Lei aprovada pelo PMDB é uma Lei séria, e como tal deve ser atendida. Por quê?

Porque o Governo que aí está, até prova em contrário, é Governo do PMDB. Então, nós estamos freqüentemente vendo manifestações, por quê? Porque o Governo cria uma

Lei, aprova nesta Casa e lamentavelmente "empurra com a barriga" este direito do trabalhador, em ter o seu direito reconhecido, o seu direito de reajuste. E as perdas salariais vêm sendo arroxadas a cada instante.

Hoje os servidores do ITCF estão se manifestando não porque querem apenas o cumprimento das suas reposições, dos seus salários: mas, também porque, como outras categorias estão passando fome. E o Governo vem com paliativos, ao invés de negociar a reposição e o reajuste salarial vem com paliativos de reposição salarial, de abonos, que não atendem às necessidades e representam apenas um paliativo, e depois se sai por aí dizendo que o servidor público do Paraná vai ter o melhor salário, o melhor atendimento e o maior respeito.

Nós deixamos aqui a indagação, de quando é que isto vai ser feito. Será que no último ano, ou será que, jamais, como também fez Álvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Ovídio Constantino.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores presentes.

Mais uma vez eu volto a esta tribuna a falar em defesa dos desafortunados, dos marginalizados, que são a grande maioria do povo brasileiro, do povo paranaense.

Ontem me reportei ao problema das milícias particulares, que estão sendo contratadas no interior deste Paraná, e quero ler alguns depoimentos aqui, a respeito do fato:

Rosângela Lopes dos Santos, isto de uma matéria novamente corajosa do jornal "Folha de Londrina", do dia 17 de maio do corrente. Rosângela Lopes dos Santos, 25 anos, casada há 8 anos, mãe de três filhos, conta que a vida que leva não é diferente da enfrentada por sua mãe. Diz ela:

"Deixo meus filhos com meu pai que é aposentado, e vou para a roça. Não é fácil acordar às quatro horas da manhã, sair de madrugada para voltar à noite para casa".

Para ela, domingo é sinônimo de trabalho, de trabalho dobrado. Quando as mulheres não vão para a roça trabalhar de bôia-fria, enfrentam o tanque de lavar roupa e outros serviços de casa.

Sebastião, apontando um mundo de terra, que existe ao redor do distrito aonde mora, lembra que, Deus deu a terra para nós todos, e, por fim, não temos nada.

Desanimada e com tanto sofrimento, Dona Maria José não encontra forças para manter-se otimista diante da triste reali-

dade que vive e diz o seguinte:

"Não vai ser fácil a gente conseguir um pedaço de terra. Trabalhar sossegada e ver os filhos crescerem. Acho que a terra a gente só vai ter quando morrer, a sepultura, diz ela."

"- É muito triste porque a gente não tem valor, e é tratado como cachorro, diz Dona Josefina Maria, aos 64 anos de idade, trabalhando de bôia-fria."

"Do meu gosto, ninguém trabalhava como bôia-fria, revela, entendendo que a única maneira de mudar a situação vivida pelo trabalhador rural, é tendo um pedaço de terra para ele plantar, com as mãos calejadas e olhar distante, Dona Josefina fala isto desanimada."

Pena que ela não sabe, que esta vontade dela não é a vontade do governo brasileiro, das autoridades e muito menos dos latifundiários que usam a terra como um bem para exploração do povo brasileiro.

Eu falei ontem no Horário da Liderança do PT, fui aparteado, concedi generosamente um aparte ao Deputado José Afonso Júnior que o mesmo não o fez quando solicitei por três vezes o Horário da Liderança do PMDB.

Eu falava sobre a contratação de milícias privadas, pelos proprietários de fazendas da Região Norte e o Deputado argumentava que o INCRA havia dito a ele que a área estaria sendo ou não seria desapropriável porque era produtiva. Eu não quero contestar as afirmações do Deputado, mas não é novidade para nós que o INCRA hoje, já disse aqui em outras oportunidades, não passa de uma tapera burocrática que não resolve nada dos problemas agrários, dos problemas de terras deste País e no Estado do Paraná até o dia 06 último, seis áreas caducaram, o processo de desapropriação, por desinteresse das autoridades ligadas ao setor e também não há muitos dias a imprensa publicava que o INCRA do Paraná nomeava como superintendente pessoa com conduta duvidosa já no passado na administração do INCRA.

Eu quero ler o que diz a Folha de Londrina do dia 05 quando esta área foi ocupada por agricultores:

"Na maior parte da cerca dos 70 alqueires ocupados com café, o mato toma conta desta área e diz ainda que um dos funcionários que trabalha nesta fazenda há mais de um ano e meio declara, que a fazenda realmente devia ser ocupada, porque há um ano e meio que ele está lá, disse: os cafezais não são cultivados e que o gado que está nesta área pertence a Airton Moreira arrendatário da referida propriedade", portanto a área não está sendo explorada pelos proprietários.

E o nosso pronunciamento ontem não falava especificamente no direito à proprie-

dade, mas sim ao problema genérico da reforma agrária, os problemas sociais deste País e que não se justifica a contratação de milícias particulares e que não foi isso, mas deixou a entender o Deputado José Afonso que estaria defendendo.

E no artigo 46 da Constituição Estadual, que o Deputado ajudou a escrever proíbe estas contratações e que a justiça e a lei são feitas pelo Poder Público.

Portanto, quero reafirmar o que a imprensa coloca e para concluir dizer que não questionamos colocações do Deputado, mas que não se justifica em nenhum momento a miséria aumentando neste País, as terras sendo concentradas, as terras sendo exploradas sem nenhuma condição e as pessoas morrendo de fome por falta de alimento e sem ter nenhuma esperança de vida num País que tem as maiores áreas territoriais do mundo e o povo passa fome e mora nas favelas, embaixo de pontes e a miséria toma conta deste País.

Era isso, Senhor Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Encerrado o Pequeno Expediente, no Grande Expediente concedo a palavra ao Deputado Orlando Pessuti.

(DECLINA)

Passa-se ao Horário das Lideranças.

Concedo a palavra ao Deputado José Afonso Júnior, no Horário da Liderança do PMDB.

O SR. JOSÉ AFONSO JÚNIOR - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Novamente, volto a insistir com o Deputado Ovídio Constantino, do PT, que está havendo uma má interpretação do que está acontecendo no Norte Pioneiro, necessariamente na cidade de Ribeirão do Pinhal, na Fazenda Itapemerim, de 89 alqueires.

O Deputado Ovídio afirmou, que está cansado de ver grandes latifúndios serem usados e não serem bem explorados. Aí existe um paradoxo, Sr. Deputado, porque a fazenda Itapamirim não é um grande latifundiário. A Fazenda Itapamirim é um sítio de oitenta e nove alqueires. Um sítio que foi invadido, Deputado Ovídio. Nós que juramos cumprir a Constituição Federal, nós que juramos cumprir a Constituição Estadual não podemos permitir que vândalos, que pessoas mal intencionadas, que usam crianças, que usam pessoas idosas para fazer valer a sua intenção maior que é a invasão de um sítio de oitenta e nove alqueires. Quem sabe, Sr. Deputado, se o café estava no mato é porque esse pequeno produtor estava passando necessidade. Ele também não tinha condições de pagar bôias-frias, trabalhadores volantes para carpir o seu café. E sabe qual a razão disto tu-

do? Por falta de uma política agrícola séria. Agora, eu pergunto a Vossa Excelência, do que adianta nós invadirmos a fazenda de oitenta e nove alqueires, onde um sitiante que lá reside já encontra dificuldades, vamos assentar essas famílias e vamos desalojar um sitiante de oitenta e nove alqueires, eu lhe pergunto se isto não é uma bola de neve? Daqui a pouco nós teremos também esse que hoje é um sitiante um sem terra de amanhã, batendo na porta daquele que vai ser o proprietário. Eu acho que há uma confusão muito grande.

O Sr. Ovídio Constantino - Concede-me um aparte, Deputado?

O SR. JOSÉ AFONSO JÚNIOR - Eu acho que já convidei Vossa Excelência, nós devemos nos unir, nós devemos pensar no bem do Paraná, nós devemos pensar de que maneira. Eu convido Vossa Excelência, façamos um levantamento no Norte pioneiro, peguemos quem realmente é oriundo da agricultura, vamos ver aqueles que já foram pequenos produtores e perderam as suas terras por não poderem pagar as instituições financeiras. Desta maneira nós saberemos um perfil de quem realmente são os sem terras no Paraná. Agora o que nós não podemos admitir é que essas pessoas que nem ligadas à terra são, estão usando essas pessoas inocentes para invadir terras produtivas e nós temos que garantir o direito de propriedade, sob pena de não estarmos cumprindo com a Constituição Federal e com a Constituição Estadual. O apelo que eu faço a Vossa Excelência, companheiro Ovídio, da mesma maneira que Vossa Excelência afirma que eles estão usando milícias, eles não estão usando milícias, eles estão apenas como Vossa Excelência que tem o seu lar, e todos nós aqui temos o nosso lar. Se nós sentirmos que o nosso lar vai ser invadido nós haveremos de contratar um guarda para cuidar da nossa casa e assim não é diferente na região norte pioneira.

O Sr. Ovídio Constantino - Concede-me um aparte, Deputado?

O SR. JOSÉ AFONSO JÚNIOR - Da mesma maneira que Vossa Excelência tem informações eu também trago as minhas informações aqui. Eu sei que foi realizado há pouco tempo uma reunião em Ibaiti onde tinha lá várias crianças, várias senhoras, vários bóias-frias, mas quem estava cuidando dessa reunião eram líderes armados de metralhadora. Onde nós queremos chegar com esta colocação? Se nós não tivemos o devido cuidado, Deputado Ovídio, e eu sei que Vossa Excelência está preocupado como eu estou preocupado, nós teremos uma guerra civil, nós teremos uma revolução. De re-

rente é o seu pessoal, é o pessoal que diz que representa os sem-terras armados de metralhadora. De repente é o fazendeiro com medo de ver a sua terra tomada se armando também e então nós chegaremos a um denominador único. Esta é a minha preocupação. Eu volto a enfatizar o convite que fiz a Vossa Excelência como seu colega, como seu admirador, de irmos à região, de constataremos de perto se essa fazenda é produtiva ou não. O INCRA, Deputado Ovídio, eu quero aqui defender a instituição do INCRA porque lá nós temos técnicos capazes. Porque se nós não tivermos o baliçamento do INCRA, a que órgãos nós recorreremos para saber se uma terra é produtiva ou não é produtiva. Por isso, companheiro Ovídio, Deputado a quem prezo muito, tenho certeza que Vossa Excelência, como eu, está preocupado com os menos favorecidos pela sorte. E eu quero reforma agrária, quero ajudar a fazer reforma agrária - repito novamente aqui, mas desde que essa reforma agrária seja feita com gente oriunda de fazendas, de sítios, de lugares que perderam as suas propriedades. Eu quero que seja dada a terra ao homem que já foi da terra. O que eu não posso admitir é que no meio desse movimento tenha gente mal intencionada, tenha gente querendo fazer deste País, deste Paraná um campo de guerra. É isso que eu não vou admitir enquanto Deputado for.

O Sr. Ovídio Constantino - Vossa Excelência concede um aparte? (Assentimento)

No meu entendimento, nobre Deputado Vossa Excelência desvia a discussão que eu levanto desde ontem. Eu não questiono especificamente a fazenda que Vossa Excelência se refere: eu questiono a questão geral do nosso País. Eu defendo e eu luto para que todos os brasileiros tenham condições de ter uma vida digna, de ter dignidade e ter aonde poder trabalhar.

A questão que Vossa Excelência se refere da referida fazenda a imprensa prova isso que eu acabei de relatar no meu pronunciamento. Não temos questões sobre o direito de propriedade, nem um lado e nem outro, e os sem-terras estão armados. Há a lei para tomar providências. Não se justifica que fazendeiros tenham milícias particulares para tomar conta, para se defender. Faça se cumprir a lei, e Vossa Excelência ajudou a fazer essa lei no Estado do Paraná. Não se justifica ficarmos discutindo especificamente uma fazenda, ou um sítio como Vossa Excelência quer colocar, de 80 alqueires de terras. Depende do que Vossa Excelência entende por sítio, por fazenda, por produtividade ou improdutividade. Nós vivemos há vinte anos na roça trabalhando como pequeno produtor e nós sentimos isso na carne.

E eu, quando me refiro à questão da reforma agrária, do abandono, que a lei não dá proteção a quem trabalha, a quem quer produzir. Não estou defendendo que tenha que se invadir propriedades produtivas. Mas se isso precisar ser feito para defender a vida das pessoas, eu defendo que ela seja ocupada, porque, acima do direito de propriedade, está o direito à vida e, nesse sentido, que eu não me limito a discutir o problema da fazenda a que Vossa Excelência se refere. Poderá ter informações distorcidas na imprensa que mencionei. Mas eu quero levantar o problema geral que neste País quando se fala em reforma agrária, quando se fala em produção e em pequena propriedade, muita gente se arreia porque não quer abrir mão dos seus interesses particulares do seu meio de exploração dos homens para dar vida àqueles que precisam e querem sobreviver.

Então, nesse sentido eu não quero ficar debatendo com Vossa Excelência a fazenda de 84 alqueires, mas o problema geral do nosso País. E eu reafirmo: O Governo tem dinheiro para pagar a dívida, o Banco do Brasil tem dinheiro para pagar 85 milhões de dólares de dívidas dos usineiros mas não tem dinheiro para fazer reforma agrária e deixa "caducar" como fez no Paraná 6 processos de desapropriação de terra. Nesse sentido queremos questionar e queremos somar com Vossa Excelência na defesa dos direitos à vida neste País.

O SR. JOSÉ AFONSO JÚNIOR - Vossa Excelência tem razão, realmente quando diz que, o Governo Federal está cometendo algumas falhas, mas nós estamos no Paraná e essas invasões estão acontecendo no Paraná.

O Sr. Ovídio Constantino - O Paraná está no Brasil, Deputado.

O SR. JOSÉ AFONSO JÚNIOR - Sim. Mas o Governo Estadual nada pode fazer se o Governo Federal não tomar as iniciativas maiores, e a grande concentração de riquezas está nas mãos do Governo Federal.

Mas eu quero dizer a Vossa Excelência da minha preocupação e insisto novamente que na minha região, na região Norte Pioneira nós não temos propriedades que possam ser consideradas de grande latifundiários, lá não tem nenhum usineiro está lá tendo terras para especulação imobiliária. A minha defesa é para que mantenhamos em paz que mantenhamos em tranquilidade aquele que quer plantar e colher, e não chegemos lá armados, na boca da noite, tirando, invadindo, quebrando, roubando. Isso não podemos admitir, isso é baderna, porque se admitirmos nós estaremos abrindo uma brecha para que amanhã não se respeite

Curitiba, terça, em 25.06.91

mais as autoridades constituídas, não se respeite o direito de ir e de voltar, não se respeite mais o direito de ter a sua casa, de ter o seu carro. Se nós dermos essa abertura, nós estaremos aí, fadando a Nação brasileira à bagunça e ao caos. O que eu quero, para finalizar, é que se faça reforma agrária, mas em terras de grandes latifundiários que têm terras para especulação imobiliária. As terras que estão sendo produtivas, eu não posso aceitar que sejam invadidas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra à Liderança do PTB.  
(DECLINA).

Com a palavra, a Liderança do PT.

Está com a palavra, o Senhor Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Eu subo hoje a esta tribuna para, em me antecipando à decisão do nosso ilustre Presidente, dizer que hoje nós teremos a oportunidade e eu espero, de presenciarmos uma afirmação do Poder Legislativo do Paraná. Eu espero sinceramente hoje que quando for dirimir a questão de ordem ontem levantada nesta tribuna, o ilustre Presidente desta Casa, cumpra o seu papel em defender as prerrogativas deste Poder.

A Mensagem do Governo que trata da autarquização das Fundações, na forma como é colocada, não tem sequer qualquer condição de ser objeto de deliberação por esta Assembleia, primeiro que em parecer do Deputado Rafael Greca já ficou claro que a Constituição Federal, em seu artigo 37 estabelece que somente por lei específica, poderão ser criadas: empresas públicas, sociedades de economia mista, autarquia ou fundação pública.

Portanto, o projeto que foi encaminhado pelo Governo do Estado é genérico. Abrange a todas as fundações do Estado do Paraná e não trata especificamente de nenhuma delas. Mais do que isso. Fere profundamente dois dispositivos da Constituição Estadual. Quando, na Mensagem Governamental se diz claramente que "os cargos de direção das Universidades do Paraná serão preenchidas por nomeação, serão cargos em comissão", fere o princípio da gestão democrática das instituições de ensino no Paraná, estampada em nossa Constituição Estadual. Fere a Constituição Estadual quando a Mensagem Governamental diz "que todos os atos consecutivos dessas fundações, seus regimentos internos, seus estatutos, serão definidos por decreto", o que além de ferir a autonomia também consagrada pela Constituição Estadual, procura, na

verdade, usurpar, Senhor Presidente, uma prerrogativa do Poder Legislativo que é, através de lei específica, definir o funcionamento dessas instituições.

Nesse sentido eu espero que Vossa Excelência, Senhor Presidente, num gesto de coragem, de grandeza, afirme realmente a soberania e a independência do Poder Legislativo do Paraná e terá certamente, com essa decisão, o nosso apoio, o apoio de todos os parlamentares que sabem defender a dignidade desse Poder.

Era isso.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Consultamos à Liderança do PL se deseja fazer uso do seu Horário.

Concedemos a palavra ao Deputado Colombino Grassano.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Senhor Presidente, Senhora Deputada e Senhores Deputados; quando assumiu o Governo do Estado o Senhor Roberto Requião, ele informou ao Paraná que haveria de constituir um Conselho de ex-Governadores.

Entendi, naquela ocasião, que estava o Senhor Governador do Estado tomando uma atitude e demonstrando um gesto de grandeza e ao mesmo tempo de humildade. De grandeza, para reunir em torno da sua pessoa, eleito que fôra pela vontade do povo paranaense, reunindo em torno da sua pessoa os ex-Governadores de Estado, aqueles homens que também constribuíram para que este Estado fosse cada vez mais próspero e que a coletividade tivesse seus problemas resolvidos. E a humildade que deve ter todo homem público. Porque o simples fato de pedir o apoio, o voto, a solidariedade, o trabalho, a ajuda da população, para realizar o seu plano de Governo e chegar como vencedor do pleito eleitoral. Esta humildade demonstrada na campanha, ao pedir, demonstrou também o Senhor Governador do Estado que procurando se cercar dos ex-Governadores, ele estava demonstrando ao Paraná que não iria governar este Estado com absolutismo, com o rigor próprio dos ditadores. E sim ouvindo, auscultando e dirigindo o seu trabalho, centro de um pensamento que fosse inteiramente dedicado ao Paraná.

Mas, nós estamos vendo nestes cem dias do Governo Requião, que ele não ouviu o Senhor Senador Ney Braga, porque se tivesse ouvido o Senador e ex-Governador Ney Braga, ele teria colocado nos postos da administração pública, nomes novos, pessoas que poderiam amanhã representar bem o nosso Estado e serem úteis até para a Nação Brasileira. Porque os mais velhos se recordam de Ney Braga, que foi quem lançou no cenário político administrativo do Pa-

raná, homens da estirpe de Jayme Canet Júnior, de Saul Raiz, de Parigot de Souza, de Carlos Rischbieter, de Paulo Pimentel, Maurício Schuman, Osiris Guimarães, Jucundino Furtado, Affonso Camargo, Celso Sabóia e tantos outros homens ilustres que tanto valorizaram a função pública neste Estado.

Se o Senhor Governador tivesse ouvido ao ex-Governador Ney Braga, ele não teria permitido que o interventor do BADEP concluísse o seu trabalho macabro, enterrando uma instituição que fôra criada pelo ex-Governador Ney Braga, a CODEPAR, depois transformada em Banco de Desenvolvimento do Paraná. E onde também passaram as pessoas mais ilustres deste Estado.

Se tivesse ouvido o ex-Governador Hosken de Novaes, talvez o Senhor Governador não teria mandado para a Assembléia Legislativa mensagens inconstitucionais. Não teria agredido a Universidade de Londrina, em cuja cátedra o ex-Governador Hosken de Novaes dignificou e valorizou.

Se tivesse ouvido o ex-Governador Jayme Canet Júnior, o Senhor Roberto Requião não teria declarado que no seu Governo não haveria mais pavimentação de estradas. Jayme Canet, que foi o homem que transformou a malha rodoviária do Paraná, construindo mais de 4.000 quilômetros de asfalto, interligando todos os municípios do Paraná!

Se ouvisse o ex-Governador Jayme Canet Júnior, o atual Governador, Roberto Requião, não estaria discriminando os municípios do Paraná, porque o Governador Jayme Canet Júnior, com dignidade, com respeito aos Prefeitos municipais a todos atendeu e a todos os problemas deu solução!

Se tivesse ouvido o ex-Governador Paulo Pimentel, o Senhor Roberto Requião não estaria dizendo que iria importar, da Argentina, 100.000 matrizes, de 8 a 24 meses. Porque o Senhor Paulo Pimentel, quando no exercício do cargo de Secretário da Agricultura, de 1961 a 1964, ele revolucionou o rebanho paranaense de corte. Numa demonstração de que, conhecendo o assunto ele pode oferecer ao pecuarista paranaense a condição melhor para que ele melhorasse a condição genética também do seu rebanho.

O Senhor Paulo Pimentel, no exercício da Secretaria da Agricultura foi procurar homens da pecuária para concretizar a meta que se havia proposto realizar no sentido de melhorar o nosso rebanho de corte. Foi buscar Celso Garcia Cid, o pioneiro paranaense da melhoria genética do nosso gado. Foi buscar nos plantéis de Presidente Prudente, de Piracicaba, nos plantéis de Celso Garcia, Jayme Canet, Mauro Mesquita, Alípio Rezende, e com a colaboração de Luiz Cruz e de Cid Rocha foi procurar os

6.000 reprodutores para serem trocados, como chama o pecuarista, pelos pés-duros. E estes pés-duros trocados na hora em que recebia o agricultor o seu touro, ele já era, não sacrificado, era castrado e posto à venda, para que no melhor lance fosse entregue e não continuasse prejudicado o rebanho paranaense.

Coube ao ex-Governador Paulo Pimentel trazer da França o famoso touro reprodutor, Ricardo, que tanto serviu à bacia leiteira do Sul do Estado onde as condições de clima são propícias aos animais europeus.

E nestas condições, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é impressionante a maneira com que o Senhor Governador Roberto Requião, teima em informar ao Paraná a importação de 100.000 matrizes, quando nós sabemos que este será um número totalmente inviável, não tem estrutura o Paraná para receber este gado proveniente da Argentina! E aqui nós já manifestamos a nossa opinião, opinião baseada nas informações dos melhores pecuaristas do nosso Estado, de figuras ligadas ao gado leiteiro, de Witmarsum, de Carambei, de Laércio Nicolau, de José Gabriel, de Guilherme Molina, de Londrina. Enfim, procuramos as pessoas mais competentes do setor para que, auscultando a sua opinião, trazer ao Paraná as informações mais corretas. Nestas condições, por que não? Porque o Senhor Roberto Requião não vai buscar o conselho do Senhor Paulo da Cruz Pimentel, ele que foi o idealizador da grande luta, da grande revolução do gado de corte no Estado do Paraná quando Secretário da Agricultura, depois, como Governador na figura do Secretário José Guimarães, pôde continuar servindo também, à pecuária e à suinocultura. E com relação à importação deste gado, o "Jornal do Estado" - folha do Paraná, publica hoje um artigo do brilhante jornalista Roberto Barrozo Filho, sob o título: "O Governador e as vacas leiteiras". Onde analisa com toda profundidade este acontecimento em que o Governador vai à Argentina com a equipe, escolhida por ele, para manter as primeiras negociações que permitirão o ingresso, segundo o Governador Roberto Requião, das cem mil matrizes de 8 a 24 meses.

Esse artigo que passo a esta Comissão diretora para constar dos Anais, é bem o retrato de que o Paraná precisa ser governado, precisa ser administrado com a mesma seriedade, com a mesma responsabilidade que governaram este Estado: Paulo Pimentel, Jayme Canet Júnior, Ney Braga, Parigot de Souza e Moisés Lupion, a quem foi dado, por dois mandatos, o direito de administrar este Estado e ele rompeu as fronteiras agrícolas implantando um sistema de trabalho, de responsabilidade e de

Curitiba, terça, em 25.06.91

civismo para com este Estado do Paraná.

(Lê):

## O GOVERNADOR E AS VACAS LEITEIRAS

Roberto Barrozo Filho  
Florianópolis, 24 - O Governador Roberto Requião foi à Argentina com numerosa comitiva comprar vacas leiteiras. São 100.000 vacas que o Governo pretende que as autoridades daquele País financiem através dos seus próprios Bancos Oficiais. O júbilo é grande e antecipado.

A comitiva para a compra das vacas foi expressiva. Até o banqueiro Joel Malucelli voou para lá no seu "Lear-Jet". Ele é quem fundou o "Paraná Banco", do qual ele próprio é o Presidente, não o Presidente do Banco do retrato do anúncio do BANESTADO, porque não é com ele, ele é amigo do Governador.

A viagem bem que se justifica. As vacas argentinas dão muito leite. Mais do que as paranaenses, diz a propaganda oficial. Não a propaganda da Argentina, mas a do Governo do Paraná, em "releases" para os jornais da terra. As nossas, caboclas - dizem - produzem apenas 1,9 litros diários contra 13,3 que as argentinas (vacas) produzem. É lógico que esses cálculos, pelo menos quanto às nossas vacas, não incluem as holandesas importadas, nem sequer as matrizes suíças, gerseys ou escocesas, que existem aqui entre o nosso gado leiteiro; devem ser algumas remanescentes do Boqueirão ou de perto de Piraquara, porque Piraquara não tem mais gado leiteiro, desde quando o Governo começou a tabelar o leite e não tabelou o farelo, aí deixou de ser bom negócio para os leiteiros.

O Deputado Colombino Grassano, que já foi Prefeito de Arapongas e é vinculado à agropecuária, tem criticado a compra na Assembléia, opinando que, ao contrário, o Governador poderia desenvolver um plano de melhoria do gado leiteiro paranaense, que julga ele estar nas mesmas condições do gado argentino. Isto, afirma ele, se faria através de linha de crédito para criadores que dispõem de tecnologia intermediária. É que a importação de gado leiteiro sempre deve ser feita de países onde os testes de progênie são confiáveis, pelo rigor de controle, como acontece com o Canadá. Isto, porém, são coisas de entendidos no assunto e o Deputado parece que o é, não eu.

Mas o Governador também fez outras coisas boas em Buenos Aires. Não foram todos - tantos - só passear. Falou com o ex-Presidente da República Raul Alfonsín. Falou ele ainda com o Presidente de Associações de Criadores de Gado - é óbvio - que são os felizes vendedores e almoçaram com eles no Hotel Plaza (hotel de luxo, dos melhores da grande capital) os senhores Carlos Rodriguez e Guilherme Achouron.

Também o Governador teve outro encontro importante, com o dono da fábrica de motocicletas que vai ser inaugurada em São José dos Pinhais, Raymundo Zanella. É importante, porque ele, - o Governador - não se encontrou com o Senhor Zanella em São José dos Pinhais e sim em Buenos Aires.

O nosso Governador achou prudente ir a Buenos Aires comprar vacas, ele sabe o que faz, apesar do que declara o Deputado Colombino sobre as vacas de lá não serem boas. Melhor do que anunciar no diário "La Nacion" que o Paraná tem interesse em adquirir-las. É sempre melhor quando se quer comprar bem, ir direto à fonte, porque anúncio em jornal pode atrair intermediários para ganhar comissão e fazer uma viagem à Argentina é sempre bom, ainda mais levando tantas autoridades, Secretários de Estado, amigos; ninguém pensando em tangos, nem em chivitos, nem em bife de chouriço, porque todos estão em viagem oficial. De negócios, mas oficial. Afinal, as vacas são para as criancinhas do Paraná que precisam de leite. E o Governador quer que estejam todas bem alimentadas nas escolas e creches que ele espera criar ou naquelas que o Presidente Collor copiou do Brizola, para o bem do Brasil e já as está construindo.

Ainda bem que o nosso Governador é assim: não manda fazer. Vai lá ver, ele mesmo e seus secretários, para sair tudo certinho. Nós, do Paraná, estamos satisfeitos e felizes: que venham as 100 mil vacas. Mas que venham mesmo, de verdade. O Governo não pode perder essa viagem - é sempre dinheiro do povo - e o Governador não pode perder o seu tempo, que é precioso para ele e para todos nós.

O Governador, agora que já chegou, tem que receber novamente o Atalla com o Tony Garcia para o acerto dos 200 milhões de dólares que isto também ele não deixa para os advogados do Banco do Estado do Paraná tratarem. É muito dinheiro para eles e nós não podemos perder tantos dólares; pelo menos não para os Atalla, que não são daqui, nem mesmo para o Tony Garcia, que já é rico e não precisa deles. Os dólares são do nosso Banco e o Governador saberá como aplicá-los no interesse de todos. Por enquanto, que venham as vacas, que são 100 mil e os dólares, que são 200 milhões." (Termina de ler).

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não havendo mais oradores no Horário das Lideranças, passa-se à

ORDEM DO DIA,  
com a presença de 51 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Ofício n° 372/91,

subscrito pelo Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente, comunicando sua ausência do País no período de 01 a 22 de julho do corrente mês, por motivos particulares. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado João Iensen, constante do expediente, comunicando sua ausência por um período de 121 (cento e vinte e um) dias, em virtude de interesses particulares. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Costenaro Neto, constante do expediente, comunicando seu afastamento do País, no período de 05 de julho a 07 de agosto do corrente ano, por motivo de viagem ao exterior. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado José Alves, constante do expediente, comunicando que a partir do dia 07 de julho do corrente ano, estará retornando às atividades nesta Casa de Leis. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Doutor Rosinha, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos Srs. Deputados Doutor Rosinha, Ovídio Constantino e Ernani Pudell, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 035/91,

de autoria do PODER EXECUTIVO-MENSAGEM n° 03/91, que dá nova redação ao art. 4° da Lei n° 4.529, e ao art. 7° da Lei n° 5.515 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - FDE. Com PARECER CONTRÁRIO da C.C.J., ao Veto por maioria.

OF/DTL/N° 138/91

Curitiba, 16 de maio de 1991.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 061/91, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1°, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei, parcialmente, o Projeto de Lei n° 10/91, por julgar as partes vetadas inconstitucionais e ilegais.

Objetiva o autógrafo alterar a redação dos arts. 3° e 7°, da Lei n° 5.515, de 15 de fevereiro de 1967.

Incidir a negativa de sanção no art. 2° e seu parágrafo único.

No que concerne ao art. 2°, que altera a composição do Conselho de Investimento, tem-se como incompetente a lei estadual para alterar a composição de entidade posta sob a égide da Lei Federal n° 6.404, de 15.12.1976, regente das sociedades por ações. Ocorre que o art. 173, § 1°, da Constituição da República, sujeita a sociedade de economia mista ao regime jurídico próprio das empresas privadas, ou seja, ao Direito Comercial, compreendido entre as competências exclusivas da União, a teor do art. 22, I, do Estatuto Supremo.

A melhor doutrina se inclina no sentido de que, uma vez criados e constituídos por lei estadual, esses órgãos da intervenção do Poder Público na atividade econômica, tutelam-se exclusivamente pela legislação federal específica.

Inconstitucionalidade flagrante reside também na alínea "e" do dispositivo que o art. 2° do projeto de lei examinado intenta alterar. Representante da Assembléia Legislativa só pode ser o Deputado Estadual, cujo mandato é pessoal, intransferível e indelegável. Assim, sua participação em órgão do Poder Executivo afronta a proibição contida no art. 7°, parágrafo único da Constituição do Paraná, dando margem a perda do mandato.

Quanto ao parágrafo, sobre ele incide o veto por mero desdobramento de efeito. É que a condição de acessório impõe-lhe o mesmo destino do principal, pois à luz da melhor técnica legislativa ele não veicula regra autônoma.

Essas as razões que aconselharam a oposição de veto à parte destacada do projeto de lei em causa, ora submetida à elevada apreciação desse respeitável Colegia-

do.

Valho-me de ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado.

(Projeto de Lei n° 10/91, encontra-se Publ. no D.A. n° 4, de 18.02.91)

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

## PROPOSIÇÃO VETO N° 035/91

P A R E C E R:

A proposição de veto em exame, manifestada pela mensagem governamental OF/DTL/N° 138/91, de 16 de maio de 1991, objetiva vetar parcialmente o Projeto de Lei n° 10/91, referente à transferência do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE - do Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná - BADEP, ao Banco do Estado do Paraná S/A - BANESTADO.

O referido veto, incidente sobre o art. 2° e seu parágrafo único - constituição do Conselho de Investimentos - fundamenta-se no disposto no art. 7°, parágrafo único, da Constituição do Estado do Paraná e no disposto no art. 173, parágrafo 1°, da Constituição da República Federativa do Brasil, que sujeita as sociedades de economia mista ao regime de Lei n° 6.404/76, próprio das empresas privadas.

DA RAZÃO DO VETO DE INCOMPETÊNCIA PARA ALTERAR A COMPOSIÇÃO DE ENTIDADE REGIDA PELA LEI N° 6.404/76.

Anteriormente à análise da questão, há que bem se separar a figura do gestor do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE (BANESTADO) do Fundo em si (um volume de recursos destinados à aplicação em desenvolvimento do Estado, sem personalidade jurídica).

O regime jurídico instituído pela Lei Federal n° 6.404/76, que rege, em princípio, as atividades do BANESTADO, apenas por reflexo atinge o FDE.

Saliente-se, outrossim, que o BANESTADO encontra-se subordinado às normas baixadas pelo Conselho Monetário Nacional, autorizado pela Lei Federal n° 4.595, em seu art. 4°, inciso VIII, a regular a constituição, funcionamento e fiscalização das instituições financeiras que compõem o sistema financeiro nacional.

A lei n° 6.404, bem como a Lei n° 4.595/64 e as Resoluções baixadas pelo Conselho Monetário Nacional, em momento algum proíbem a constituição de conselhos de investimento nas sociedades por ela regidas, mesmo porque devem ser criados todos os órgãos ou mecanismos à consecução dos objetivos sociais.

O Fundo de Desenvolvimento Econômico foi criado pela Lei Estadual n° 4.529/62,

que por sua vez foi revogada pela Lei Estadual n° 5.515/67, que dispõe sobre a aplicação do Fundo, com alterações posteriormente introduzidas também por leis Estaduais, tendo portanto, sua formação, constituição, fiscalização, instituídas por leis estaduais.

Nada mais lógico, de vez que é constituído por recursos auferidos pelo Estado, de votações consignadas no Orçamento Geral do Estado, de créditos adicionais do Estado, de recursos gerados pelo próprio FDE (conforme art. 2° da lei Estadual n° 5.515/67 ou seja, de recursos oriundos do Estado do Paraná, que apenas serão geridos pelo BANEESTADO - uma entidade privada que visa lucros aos seus acionistas.

Com referência, especificamente, ao Conselho de Investimento, tem-se que, por força do disposto no art. 1°, parágrafo único da Lei Estadual n° 5.515/67, todas as aplicações do FDE devem ser programadas por aquele Conselho, organizado na forma do art. 7° do referido diploma legal, dispostivos estes plenamente vigentes.

Cabe ressaltar que o veto incidente ao art. 2° do Projeto de Lei n° 10/91 não implica na revogação do art. 1°, parágrafo único, tencionando o governador, impedir os trabalhadores de participarem do Conselho de Investimentos.

#### DA RAZÃO DE VETO DE INCONSTITUCIONALIDADE NA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE INVESTIMENTOS.

O veto governamental funda-se do disposto no parágrafo único do art. 7° da Constituição do Estado do Paraná, "in verbis".

"Parágrafo Único: Salvo as exceções previstas nesta constituição, é vedado a qualquer dos Poderes delegar atribuições, sendo que quem for investido na função de um deles, não poderá exercer a de outro".

Nota-se então, que a própria Constituição Estadual prevê a delegação de atribuições entre os Poderes do Estado.

No caso em análise, a exceção encontra-se expressamente prevista no parágrafo único do art. 142, da Constituição Estadual, "in verbis".

Parágrafo Único: A política de aplicação dos recursos a que alude este artigo, será definida por comissão composta, paritariamente, de representantes do Poder Executivo e Legislativo, das classes produtoras e trabalhadoras.

Os recursos a que se refere o art. 142 da Constituição do Estado do Paraná serão alocados ao FDE, assim, para que se cumpra a Lei e a Constituição, faz-se necessária a existência de um organismo formado nas condições do art. 2° do Projeto de Lei n° 10/91, para a definição da política de aplicação e fiscalização dos recursos alocados ao FDE.

Acrescente-se por oportuno, que a Constituição Federal, em seu art. 54, ao proibir a participação de Deputados e Senadores em sociedades de economia mista e congêneres, refere-se, especificamente, à função em emprego remunerado, o que não é o caso do Conselho de Investimento do FDE, cujos Conselheiros prestarão serviços gratuitamente.

Além do que, o veto Governamental, vem ao encontro da política de participação da Comunidade Organizada na gestão da Administração de Estado, sempre apregoada nos compromissos eleitorais do Senhor Governador do Estado.

Sendo assim, encontrados dissentimentos nas razões do veto, alegados pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu parecer contrário ao veto, opinando pela sua rejeição.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em 24.06.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

MÁRIO BEZERRA

Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação a Proposição.

Do processo de votação (esclarecimentos):

"A Mesa esclarece ao Plenário que, para votação da Proposição n° 035/91, veto apostado ao Projeto de Lei n° 10/91, adotará o disposto pelo § 4° do art. 71 da Constituição do Estado, ou seja, a votação será por escrutínio secreto.

Ao ser chamado pelo Senhor Primeiro Secretário (que procederá à chamada nominal duas vezes), o Deputado deverá se dirigir à mesa dos Trabalhos, onde receberá sobrecarta rubricada do Senhor Primeiro Secretário. A seguir, dirigir-se-á à cabine indevassável (localizada à direita da Mesa), em cujo interior encontrará cédulas de votação contendo as expressões "SIM", e "NÃO".

Os Senhores Deputados que forem favoráveis à manutenção do Veto deverão se manifestar votando com as cédulas que contenham a expressão "SIM". Os contrários à manutenção do Veto, deverão se manifestar utilizando para votação as cédulas que contenham a expressão "NÃO".

Após haver feito sua opção de voto o Deputado deverá colocar a cédula na sobrecarta rubricada e depositá-la na urna que se encontra sobre a Mesa.

A Presidência deseja salientar que para a rejeição do Veto, com a conseqüente aprovação do projeto, será necessário que vinte e oito (28) Srs. Deputados votem "NÃO", conforme previsão da parte final do § 4° do artigo 71 da Constituição Esta-

dual.

Solicito ao Sr. Primeiro Secretário que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados para votação.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Mário Bezerra.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ontem discurssei desta tribuna justificando o parecer que exarei no Projeto de Lei n° 10/91, do Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, quando ele veta a participação de Deputados e trabalhadores no conselho que irá administrar inclusive os royalties que estarão sendo enviados para nosso Estado.

O Sr. Governador do Estado vetou o conselho baseando-se, segundo ele, na Legislação. Mas a Comissão de Justiça através deste Deputado que vos fala e que foi relator para apreciar o veto, contesta o veto do Sr. Governador. Principalmente no artigo 142. O Sr. Governador diz que a Assembléia não tem competência para trabalhar em cima desta matéria. Mas a Assembléia tem esta competência. Foi então inócuo o parecer, ou seja, o veto do Sr. Governador pela não participação dos Srs. Deputados e trabalhadores neste conselho.

Abro aqui às folhas 60 da Constituição do Estado do Paraná que trata sobre a "Ordem Econômica", no Capítulo I, "Dos Princípios Gerais da Ordem Econômica":

"Artigo 139 - A organização da atividade econômica, fundada na valorização do trabalho, na livre iniciativa e na proteção do meio ambiente, tem por objetivo assegurar existência digna a todos, conforme os mandamentos da justiça social e com base nos princípios estabelecidos na Constituição Federal".

No seu artigo 142 diz o seguinte:

"As parcelas de recursos asseguradas, nos termos da lei federal, ao Estado, como participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais, no seu território, ou como compensação financeira por essa exploração... "no caso dos royalties" ...serão aplicadas e distribuídas na forma, nos prazos e nos critérios definidos na lei complementar estadual".

Parágrafo único do artigo 142, onde contestamos o veto do Senhor Governador que diz que não temos competência para trabalhar junto ao Poder Executivo: "A política de aplicação dos recursos a que alude este artigo será definida por comissão composta paritariamente de represen-

Curitiba, terça, em 25.06.91

tantes dos Poderes Executivo e Legislativo, das classes produtoras e trabalhadoras".

O Senhor Governador vetou o conselho que a Assembléia instituiu, ou seja, alguns itens que foram acrescentados junto ao conselho, que vem imbutido no Projeto de Lei n° 10/91, simplesmente arguindo que os Senhores Deputados não podem participar do Poder Executivo. Isto é contestado através da lei.

Muito bem. O Governo diz que não pode ser feita, ou o conselho, ou o Fundo, não pode ser administrado por lei da Assembléia Legislativa. Quero dizer a V.Exas. que a Lei n° 5 515, que passo a ler, diz o seguinte:

"A Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a lei. O Fundo de Desenvolvimento Econômico criado pela Lei 4.529, de 12 de janeiro de 1962, aplicado por meio de operações, será aplicado por lei de operações de crédito, financiamento e investimento". E detalha os tipos de créditos. "No setor público pela administração centralizada, ou descentralizada do Estado, fundações ou sociedades de economia mista, constituídas pelo Poder Público.

No setor privado é empreendimentos industriais e agrícolas como tais, consideradas entre outras as atividades hoteleiras, colonizadoras, de formação de pastagens, de criação e engorda de gado, de avicultura, de piscicultura, pesca, cooperativas agrícolas, cultivo de cereais, silvicultura, fruticultura e turismo; parágrafo único: todas as aplicações do fundo de desenvolvimento econômico serão programadas pelo Conselho de Investimentos; constituem recursos do fundo de desenvolvimento econômico: o produto da receita auferida pelo Estado do Paraná num fundo de participação dos Estados, dotações consignadas no orçamento geral do Estado em favor do fundo de desenvolvimento econômico, produto de amortização, juros, taxas comissões, dividendos e outros interesses resultantes da aplicação de recursos do fundo de desenvolvimento econômico.

Senhores Deputados, é o momento da Assembléia Legislativa mostrar ao Povo do Paraná que ela não foge a sua responsabilidade de participar do sucesso ou do prejuízo do Paraná. O momento é agora, mostrar para o Governo do Paraná que a Assembléia está junto com ele nas boas ações, como sempre a Bancada de oposição também esteve, mas é necessário que ele compreenda que a Assembléia quer uma participação ativa no desenvolvimento do Estado do Paraná. É o Conselho que foi formulado pela Assembléia coloca além dos Deputados que é constitucionalmente colocado a nível de lei, que pode participar, ela distribui esta responsabilidade para com todos os

Curitiba, terça, em 25.06.91

segmentos econômicos do Estado do Paraná, quer seja na área com o empresariado, quer seja na área do trabalhador. Então nós não entendemos porque que o Governo baseado numa lei inócua, que não existe, ele tenta travar a participação dos Senhores Deputados que infelizmente têm pouca participação a nível de desenvolvimento do Paraná, e tem muitos Deputados aqui, porque não dizer todos, querem participar na distribuição equitativa dos recursos que virão, principalmente dos royalties. Então é necessário que nós digamos ao Governador em alto e bom som, sem nenhuma conotação política partidária, que a Assembléia quer que ele coloque à nível de sociedade que nós também queremos participar deste desenvolvimento sócio econômico. Então eu peço aos nobres Deputados do Governo, assim como estou pedindo aos Deputados independentes, que nós esqueçamos as rivalidades partidárias coloquemos o Poder Legislativo acima de qualquer questão de retaliação, e que digamos não ao veto do Governo, e digamos sim à participação mais efetiva ao crescimento do Estado do Paraná. Agora é hora de mostrar ao Paraná que a Assembléia quer trabalhar, não vamos entregar de mão beijada aquilo que nós podemos fazer. Sugiro e peço, não sei se os convenço, mas como Deputado Estadual eu vos peço, vamos participar com mais determinação naquilo que os paranaenses querem que é o progresso. Nós somos em 54 Deputados, todos aqui representam o Paraná nos mais longínquos rincões e sabemos das nossas necessidades, e a nossa participação no Conselho vai fazer com que esse Conselho seja gerenciado e os recursos sejam bem administrados a nível de Governo.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Senhor 1º Secretário procederá à chamada dos Senhores Deputados para a votação. Sim é a favor do veto. Não, contra o veto.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à chamada nominal.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, gostaria de registrar a presença nesta Casa, da ex-Deputada Amélia de Almeida Hruschka.

O SR. 1º SECRETÁRIO (João Arruda) - ...  
(Continua chamada nominal dos Senhores Deputados para votação secreta).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Votaram 51 Senhores Deputados. Designo comissão constituída pelos Deputados Paulo Maia, Cleiton Crisóstomo e Duílio Genari para comporem a comissão escrutinadora. Qualquer impugnação deverá atender ao

Pág. 25

estabelecido nos arts. 169 e 171 do Código Eleitoral, conforme decisão anteriormente adotada pela Mesa, ou seja, deverá ser formulada antes da proclamação do resultado.

Votaram 51 (cinquenta e um) Senhores Deputados.

20 (vinte) dos Senhores Deputados votaram pela manutenção do Veto.

27 (vinte e sete) dos Senhores Deputados votaram pela rejeição do Veto.

3 (três) dos Senhores Deputados votaram em branco.

1 (um) voto nulo.

Está MANTIDO o veto.

VOTAÇÃO EM:

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 034/91, de autoria do Deputado DURVAL AMARAL e OUTROS, que estabelece critérios para a efetuação de repasse de recursos do Tesouro Estadual aos municípios, mediante a prévia assinatura de termo de cooperação, firmado para o pagamento de professores municipais que prestam serviços junto a rede estadual de ensino, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. à EMENDA DE PLENÁRIO, por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Emenda: Aprovada.

Projeto: Aprovado.

VOTAÇÃO EM:

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 070/91, de autoria do Deputado ERONDY SILVERIO, que dispõe que os livros didáticos utilizados pelos estabelecimentos abrangidos pela Rede Estadual de Ensino, somente serão substituídos mediante expressa autorização do Conselho Estadual de Educação. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.E.C.E.. Com PARECER FAVORÁVEL ao SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO, por unanimidade. Aprovado o Substitutivo Geral.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 190/91, de autoria do PODER EXECUTIVO-MENSAGEM N° 023/91, que autoriza o Poder Executivo a instituir, na forma que especifica, o regime fiscal das microempresas. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.

Sobre o referido projeto, Emendas de Plenário em n° de 08 (oito), de autoria de diversos Senhores Deputados, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

PROJETO DE LEI N° 190/91

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE N° 01  
O parágrafo 3º, do artigo 2º, do Projeto de Lei n° 190/91, passa a ter a seguinte redação:

Art. 2º - ...

§ 3º - O valor referido neste artigo será atualizado de acordo com a variação da unidade padrão fiscal do Paraná ou outro índice que reflita adequadamente a perda do poder liberatório da moeda.

Sala das Sessões, em 25.06.91.

(a) ROSSONI

Apoiamto: Colombino Grassano, Plauto Miró Guimarães, Lourenço Fregonese, Nelson Justus e Élio Rusch.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda modificativa, objetiva retirar da norma o caráter facultativo da atualização do valor constante do artigo 2º, do Projeto de Lei nº 190/91, pois na sua forma original poder-se-ia ou não reajustar o valor, sendo que a inconstância econômica atual, praticamente obriga a indexação a índices que traduzam adequadamente a perda do poder liberatório da moeda.

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO DE Nº 02

Art. 1º - O parágrafo terceiro do artigo segundo, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º ...

§ 3º - O valor referido neste artigo será atualizado de acordo com índice que reflita adequadamente a perda do poder de compra da moeda.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.06.91.

(a) DALTON MACHUCA

Apoiamto: Rossoni, Nilton Barbosa, Colombino Grassano, Lourenço Fregonese, Mário Bezerra e Arlindo Troian.

JUSTIFICATIVA:

Segundo teor do projeto de lei original, a atualização do valor, obedecerá a variação da unidade padrão fiscal do Paraná, porém, a emenda ora apresentada, visa coibir um pré-estabelecimento local, estendendo-se a variação global da perda real de compra da moeda.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 03

Art. 1º - Será acrescentado o parágrafo quarto no artigo segundo, tendo a seguinte redação:

§ 4º - A atualização monetária referida no parágrafo anterior deverá ser calculada tomando-se por base as receitas mensais, calculadas pela divisão por doze meses, da receita anual a que se refere este artigo.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.06.91.

(a) DALTON MACHUCA

Apoiamto: Rossoni, Nilton Barbosa, Lourenço Fregonese, Colombino Grassano,

Mário Bezerra e Arlindo Troian.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda, preenche uma lacuna existente no projeto de lei, isto é, fixa a divisão de doze meses, tomando por base o cálculo da receita mensal.

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO DE Nº 04

Art. 1º - Fica erradicado o inciso IV, letras "a" até "m" do artigo 3º.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.06.91.

(a) DALTON MACHUCA

Apoiamto: Rossoni, Nilton Barbosa, Lourenço Fregonese, Colombino Grassano, Mário Bezerra e Arlindo Troian.

JUSTIFICATIVA:

Desnecessário especificar os ramos de atividades não alcançadas pelo projeto de lei, haja vista, que o valor anual da entrada de mercadorias e serviços de transporte, utilizados na industrialização ou comercialização, não ultrapassa a nove bilhões de cruzeiros, é um indicador real para distinguir microempresas.

A própria Constituição Federal, conceituando o princípio da isonomia, propugna pela não discriminação.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 05

Art. 1º - O inciso III do artigo terceiro, passará a ter a seguinte redação:

Art. 3º - ...

III - cujo titular, sócio e seus respectivos cônjuges, participem do capital social de outra, com mais de 5%.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.06.91.

(a) DALTON MACHUCA

Apoiamto: Rossoni, Nilton Barbosa, Lourenço Fregonese, Colombino Grassano, Mário Bezerra e Arlindo Troian.

JUSTIFICATIVA:

A participação de até cinco por cento em microempresas não configura controle da empresa, gerando pequenos resultados.

Ademais, adapta-se a Lei Federal sobre as microempresas.

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO DE Nº 06

Suprima-se, na íntegra, o artigo 10 do Projeto de Lei nº 190/91.

Sala das Sessões, em 25.06.91.

(aa) ERNANI PUDELL,

DOUTOR ROSINHA e

OVÍDIO CONSTANTINO.

Apoiamto: Lourenço Fregonese e Paulo Maia.

EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 07

Inclua-se onde couber:

Acrescente-se ao Projeto de Lei n° 190/91, o seguinte artigo:

Artigo... - Deixarão de usufruir do Benefício de Isenção Fiscal previsto nesta Lei, as microempresas que descumprirem a Legislação Trabalhista.

Parágrafo Único - A comprovação do descumprimento de que trata o "caput" deste Artigo se dará mediante:

I - Autuação do Ministério do Trabalho;

II - Decisão Judicial da Justiça do Trabalho.

Sala das Sessões, em 20.05.91.

(aa) ERNANI PUDELL,

Dr. ROSINHA e

OVIDIO CONSTANTINO

Apoio: Paulo Maia e Lourenço Fregonese.

#### JUSTIFICATIVA:

A presente emenda pretende evitar possíveis interpretações errôneas ou falsas que se possa arguir em relação ao cumprimento da Legislação Trabalhista tão comum em nosso País. É com o intuito de garantir os direitos dos Trabalhadores duramente conquistados no decorrer de décadas, que a Bancada do Partido dos Trabalhadores apresenta esta emenda, esperando contar com o apoio dos demais Pares desta Casa de Leis.

#### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE N° 08

"Incluir como artigo 11 e renumerar os restantes, a seguinte proposição".

Art. 11 - Fica constituído, sob a gestão do Banestado, um Fundo de Apoio a Criação de Microempresas que contará por recursos os valores equivalentes aos recolhidos pelo pagamento do ICMS pelas microempresas não beneficiadas pelo regime fiscal das microempresas.

Parágrafo Único - O BANESTADO e a SEFA elaborarão as normas e regras do referido fundo, até sessenta dias após a publicação desta lei.

Sala das Sessões, em 25.06.91.

(a) NEIVO BERALDIN

Apoio: Geraldo Cartário, Nelson Garcia, José Arthur Ritti, Domingos Carvalho.

#### JUSTIFICATIVA:

Fundamental que exista o regime fiscal de microempresas e estas sejam privilegiadas com a isenção de ICMS, porém, importante que tenhamos uma forma de apoiar aos cidadãos que necessitam criar estas microempresas e desta forma incrementar o surgimento de novas.

A atuação do BANESTADO poderá inclusive direcionar o surgimento de empresas dentro do programa bom emprego dinamizando a industrialização de matéria-prima agrícola.

O projeto retornará com a discussão encerrada, às Comissões.

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 036/91, de autoria do Deputado João Arruda, altera a redação do artigo 1° da Resolução n° 026/91, que autorizou a realização de plebiscito para que a população decidisse sobre a criação do Município de Bom Sucesso do Sul. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. n° 74, de 21.06.91.).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 36/91

PARECER:

De autoria do nobre Deputado João Arruda, o Projeto de Resolução em exame pretende alterar a redação do Art. 1°, da Resolução n° 26/90, que autorizou a realização de plebiscito por aprovação da criação do município de Bom Sucesso do Sul.

O autor como se constata da justificativa, pretende introduzir na Resolução a ser modificada, alterações corretivas, recomendadas pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, com o propósito de sanar incoerências cartográficas, que dificultam o traçado do polígono definidor da área.

No projeto, não há qualquer vício de natureza constitucional, legal ou regimental.

Somos, portanto, pela aprovação.

Sala das Comissões, em 24.06.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

ROSSONI

Relator

Sobre a mesa, requerimentos de n°s 1580 e 1581 de autoria do Senhor Deputado Albino Corazza, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1577, de autoria do Senhor Deputado João Preis, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1575, de autoria do Senhor Deputado Eurides Moura, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1584, de autoria do Senhor Deputado Edson Silva Lino, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1590, de autoria do Senhor Deputado Durval Amaral, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1591, de autoria do Senhor Deputado Ovídio Constantino, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1592, de autoria dos Senhores Deputados Ovídio Constantino, Doutor Rosinha e Ernani Pudell, constante

do expediente. Em discussão.

O SR. JOSÉ AFONSO JÚNIOR - (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento de n° 1549 de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente de sessão anterior. Em discussão.

O SR. ORLANDO PESSUTI - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Senhores Deputados que aprovam o requerimento queiram levantar-se.

20 Senhores Deputados aprovam.

Senhores que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se.

28 Senhores Deputados rejeitam.

Rejeitado o requerimento.

Requerimento de n° 1572, de autoria do Senhor Deputado Rossoni, constante do expediente de sessão anterior. Em votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai-se proceder à verificação de votação.

Senhores Deputados que aprovam o requerimento queiram levantar-se.

19 Senhores Deputados aprovam o requerimento.

Senhores Deputados que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se.

28 Senhores Deputados rejeitam.

Está rejeitado o requerimento.

O SR. DOUTOR ROSINHA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, nós gostaríamos de registrar o voto da Bancada do Partido dos Trabalhadores e mais do PSB, favorável a tal requerimento, porque no entendimento da nossa Bancada é necessário que Secretários ou qualquer diretor de departamento de qualquer escalão do Governo do Estado, compareça na Assembléia Legislativa para explicar e expor o que está ocorrendo nas instâncias a onde eles estão administrando.

Senão a Assembléia Legislativa perde o valor e o papel dela de fiscalização do Poder Executivo. E isso é o que o Bloco Parlamentar deseja.

Por isso registro nosso voto favorável a tal requerimento porque é necessário fiscalização para que possamos cumprir

nosso papel de Poder Legislativo.

O SR. VALDIR ROSSONI - (Pela Ordem) - Só para esclarecimento. O requerimento votado anteriormente foi um pedido meu, no qual nós pedimos a presença do Secretário de Transportes, para prestar esclarecimento do aumento do transporte intermunicipal. Esse aumento de transporte intermunicipal que veio na calada da noite. A população do Paraná foi saber quando chegou no guichê dos ônibus e teve que pagar.

E o incrível que aconteceu que nem a imprensa mesmo tinha conhecimento e o que me deixa aqui, assustado, é que se não tem nada a ser escondido, porque não vem o Secretário aqui para não deixar dúvida.

Um governo que quer ser sério, um governo que quer ser transparente, não pode negar aqui, a presença do Secretário, para trazer a verdade.

Nós não estamos aqui dizendo que o aumento não poderia ter saído. Mas por que não se pode esclarecer a população do Paraná, só porque o requerimento é deste Deputado ou talvez querem esconder a verdade do povo do Paraná?

O SR. PLAUTO MIRÓ (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu quero fazer uma explicação à Bancada do Governo porque acho que eles não estão a par do que eles votaram quanto à questão da propaganda sobre a maçã.

Esse foi um pedido dos fruticultores do Paraná, pedindo que tirassem a propaganda que tem sobre a maçã.

Onde uma criança vai ao lixo, pega uma maçã e em cima dessa maçã vem a propaganda da cólera. Automaticamente dificultando a comercialização da maçã para os fruticultores.

Então, eu acredito que os Deputados do Governo não sabem o que votaram, porque automaticamente esta propaganda está atrapalhando a comercialização da maçã produzida no Paraná.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) - Só para esclarecer também, seria importante que tivesse conhecimento, nessas propagandas do governo e a Revista Veja traz nesta semana, uma reportagem que é importante que todos tenhamos conhecimento.

Só a propaganda que ataca o Bamerindus, que é um banco exclusivamente paranaense, gastaram um bilhão de cruzeiros.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Apenas para esclarecer a negativa ao requerimento do Deputado Rossoni, porque nós estamos justamente tentando valorizar o Poder Legislativo.

E nesta Casa nós temos a Comissão de Fiscalização, presidida pelo Deputado Duí-

lio Genari, que tem a incumbência de no exercício de suas atribuições, tomar ciência e discutir esses assuntos.

Com o que temos feito com a educação através da Comissão de Educação; agricultura na Comissão de Agricultura; ecologia na Comissão de Ecologia. Eu acredito que é um tanto sensacionalismo querer, de pronto, trazer para o plenário a convocação do Secretário sem, sequer, uma das Comissões Permanentes desta Casa ter sido ouvida ou opinado a respeito.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Deputado Dalton Machuca no exercício da Segunda Secretaria justifica para a Mesa o seu voto, aprovando o requerimento do Deputado Plauto Guimarães.

Requerimento n° 1593, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, com apoio dos Senhores Deputados Nelson Garcia, Dirceu Manfrinato, Neivo Beraldin e João Preis, constante do expediente, solicitando o arquivamento do Projeto de Lei n° 215/91, fazendo com que a referida matéria tenha sua tramitação restaurada, conforme dispõe o Regimento Interno desta Casa.

(Inclua-se na Ordem do Dia de 26.06.91).

Aceito o recurso. Incluo, na Sessão de amanhã, o Projeto n° 215/91.

O SR. COLOMBINO GRASSANO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, a Presidência da Comissão de Constituição e Justiça acata a decisão de Vossa Excelência. Acata por um dever de respeito à Comissão Executiva e estranha a impertinência do Senhor Líder do PMDB, em querer votar uma matéria que envolve milhares de pessoas rapidamente, sem análise, inteiramente inconstitucional.

Nós sem que em primeira discussão apoiemos na sua parte constitucional, não vamos abrir mão do direito de apresentar quantas emendas forem necessárias, a fim de que este projeto tenha uma tramitação normal e não urgente, como pretende a Bancada do PMDB, porque já está até se preocupando com a propaganda de maçã, quando um assunto de maior importância é o das fundações, transformando-se em autarquias, devendo merecer por parte deste Poder Legislativo toda a atenção.

Aí sim é valorizar o Poder Legislativo, estudando em toda a sua profundidade esta matéria da mensagem governamental do Projeto 215/91.

O SR. ERNANI PUDELL - Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Pela ordem concedo a palavra ao Senhor Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - Quero registrar os protestos da nossa bancada porque entendemos que a Mesa tinha poderes, nesta questão, diante da fragorosa inconstitucionalidade e, principalmente, da possibilidade de delegação de nossas atribuições ao Poder Executivo, a Mesa tinha poderes e competência para impedir que esta matéria fosse apreciada pelo Plenário.

É o nosso protesto, Senhor Presidente.

O SR. ORLANDO PESSUTI - (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Não concordamos com a manifestação do Deputado porque entendemos que a decisão da Mesa vem ao encontro daquilo que estabelece não só a Constituição do Estado mas também o Regimento desta Casa.

Não aceitamos a argumentação do Deputado Colombino Grassano com relação à impertinência deste Parlamentar dado que estamos, nesta Casa, buscando justamente cumprir o que estabelece o Regimento.

A matéria foi deliberada por este Plenário, teve aprovado o seu regime de urgência, figurou na pauta da Ordem do Dia por três sessões e determina o Regimento que seja remetida à Ordem do Dia.

Vossa Excelência está decidindo de acordo com o que estabelece o Regimento e de acordo com a vontade majoritária deste Plenário.

Agora, não poderíamos aceitar do Deputado Colombino Grassano, nobre Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, que conhece tudo a respeito de Constituição e de direito e que também pela sua fala, conhece muito sobre agricultura, dado o seu pronunciamento, talvez diferentemente de nós, na opinião dele, que só entendemos de agricultura, que hoje no encaminhamento a esta questão, da inclusão do Projeto 215 na Ordem do Dia de amanhã, ele vem misturar maçã com transformação de fundações em autarquias.

Acredito que ele está equivocado, porque como bom entendedor de Constituição, de Regimento e de Agricultura, sabe ele que transformar fundações em autarquias, nada tem a ver com maçãs, requerimento proposto pelo Deputado Plauto Guimarães que falava sobre maçãs.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Sr. Deputado.

O DR. ROSINHA - Sr. Presidente, ontem vá-

rios Srs. Deputados, entre os quais Rafael Greca, Colombino e o Deputado Ernani, levantaram alguns questionamentos a respeito do tal projeto que feria frontalmente o Regimento Interno, a Constituição Federal e Estadual, e Vossa Excelência disse que como naquele momento eram muitas as questões levantadas, daria um parecer por escrito hoje.

É este parecer que solicitamos.

Não queremos ver uma matéria que de acordo com o Deputado Professor Pessuti, a matéria foi deliberada pela vontade - diz ele, da maioria da Assembléia, ou seja, foi deliberada pelo rolo compressor desta Assembléia, mas nem por isto não devemos tomar conhecimento deste parecer, uma vez que não vamos estar mexendo com maçãs, mas com a transformação de fundação em autarquia e todo autoritarismo do Governador querendo transformar em autarquia e ele mandando de acordo com a vontade dele sem obedecer os mínimos da democracia colocada.

Então, gostaríamos desse parecer.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Pela ordem, Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA - Claro que estamos mexendo com maçãs. Há no interesse da Bancada do Governo a maçã podre da tentativa do Governador usurpar os interesses desta Assembléia expressos na Constituição ao tentar transformar 26 fundações em autarquias, ferindo flagrantemente o art. 37 da Constituição Federal, o art. 53 da Constituição Estadual, várias leis estaduais, todas as prerrogativas deste Poder Legislativo.

Queira Deus, Deputado Orlando Pessuti, ao se colocar acima do bem e do mal, caindo na tentação de entregar ao Governador um Poder que não é seu, a Assembléia não caia no descrédito e na infelicidade que caíram os nossos primitivos pais, quando, comendo da árvore do bem e do mal, foram expulsos do Paraíso, e perderam seu lugar para sempre, reservado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Pela ordem o Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu quero registrar aqui a preocupação do Partido Socialista Brasileiro, a minha preocupação em particular com relação à pressão com que o Governo age ou pretende agir em relação a essa matéria, porque estamos discutindo dentre todas as fundações a vida dos servidores, e quando se trata das universidades nós estamos discutindo educação.

Uma educação que neste país vai mal, uma educação que foi sucateada pelo Gover-

no Federal José Sarney, do PMDB, uma educação que foi sucateada no primeiro, segundo e terceiro graus, pelos Governos do PMDB e que estão postos, porque o Governo Álvaro Dias criou através de lei específica a situação que aí está e um outro Governo do PMDB vem com a medida desta forma querendo desfazer aquilo que foi feito pelo próprio PMDB.

Queira o Paraná, queiram nossos filhos, queira a sociedade paranaense não venha pagar por uma precipitação, porque o Governo quer considerar a autarquização como uma fuga aos direitos trabalhistas que ele não reconheceu no governo passado e não reconhece presentemente, querendo disfarçar que esse projeto não está sendo empurrado com a barriga com pressa de assumir as ações trabalhistas e os direitos que foram roubados dos trabalhadores é fugir da verdade, por isso nós registramos aqui a nossa preocupação bastante séria com relação à medida que se toma como se nós estivéssemos agindo como se fosse discutir aqui maçã ou banana como foi posto.

A nossa preocupação aqui é a educação, ela vai mal, ela está falida, ela está caindo das pernas, estamos vendo as universidades brasileiras protestando, nós estamos vendo as escolas de primeiro e segundo graus caindo das pernas porque no Governo passado também foram abandonadas.

Por isso registro aqui a nossa preocupação com a pressão do Governo em autarquizar essas fundações, em especial as universidades do Paraná.

O SR. NEIVO BERALDIN - (Pela Ordem) Sr.

Presidente, o que se observa neste momento, são discursos fáceis, discursos que evidentemente servem para agradar a galeria, porque alguns Deputados que têm a responsabilidade de dar andamento nos projetos que também atendem sobremaneira a galeria, eu quero me referir sobre o projeto de transporte coletivo intermunicipal. Há mais de sessenta dias, Sr. Presidente, o Presidente da Comissão de Legislação e Justiça já tem conhecimento do projeto de lei que tem responsabilidade e regime de urgência para ser votado, e está numa das gavetas.

Então o Sr. Presidente da Comissão de Legislação e Justiça para fazer juz ao seu discurso de moralidade, de preocupação com a causa popular, deve indagar do relator responsável o parecer e colocar em Plenário para que a população da galeria especialmente os trabalhadores usuários do transporte coletivo possa ter sido feita justiça ao usuário do transporte coletivo que precisa ir e vir do seu trabalho.

Sr. Presidente, para justificar a minha questão de ordem, quero mais uma vez indagar ao Presidente da Comissão de Le-

gislação e Justiça, onde está o projeto que trata do fim do monopólio do transporte coletivo, que deve estar sob a responsabilidade do Sr. Presidente.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Sr. Presidente, nós começamos a falar sobre maçã, agora já chegamos no abacaxi. Então, peço a Vossa Excelência que encaminhe os trabalhos.

O SR. COLOMBINO GRASSANO (Pela Ordem) - O Sr. Deputado Neivo Beraldin faz referência expressa à minha pessoa, quando cobra perante o Plenário desta Casa, que o seu projeto venha a ser votado.

Ocorre, Sr. Deputado, que encaminhei em data de ontem ao Deputado Antônio Costenaro Neto, um expediente solicitando que, se não apresentasse o seu Parecer, que devolvesse à Comissão de Justiça, para que nós designássemos novo relator.

Também ocorre, Sr. Deputado, que esta Casa, a Bancada de Vossa Excelência votou pela suspensão do Regime de Urgência dos projetos apresentados por Vossa Excelência e pelo Sr. Deputado Hermas Brandão.

Nestas condições, antes de cobrar da CCJ que mande ao Plenário, com parecer favorável ou contrário, que Vossa Excelência cobre de sua própria bancada a retirada da Ordem do Dia do pedido de urgência.

O SR. NEIVO BERARDIN - Questão de Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Questão de Ordem é só uma vez, Deputado.

O SR. NEIVO BERARDIN - Lamento não poder justificar os fatos como verdadeiramente eles ocorreram.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vou atender ao requerimento do Deputado Dr. Rosinha, por escrito. (Lê):

"Questão de Ordem formulada pelo Sr. Deputado Orlando Pessuti, durante a Sessão Plenária do dia 24 de junho de 1991, com respeito à determinação do Sr. Presidente da douta Comissão de Constituição e Justiça, no sentido de arquivar-se o Projeto de Lei nº 215/91.

Passo a decidir:

Segundo o disposto pelo § 2º, do Art. 43 do Regimento Interno, os pareceres escritos opinarão explicitamente sobre a conveniência da aprovação ou da rejeição da matéria a que se reportem, de forma informativa, não cabendo a determinação de arquivamento de proposições sujeitas ao pronunciamento de Comissões, em razão de dois motivos básicos: 1º) Tal ato não se encontra elencado entre os que lhes cabem, enumerados nos incisos do art. 28; 2º) re-

foge à competência dos respectivos Presidentes, definida no art. 42.

Também se verifica, do enunciado da norma constante do inciso I do § 8º, do art. 51, que as modalidades de votos possíveis, a saber - "pelas conclusões", "com restrições", "em separado", e "vencidos" - referem-se "in totum" às modalidades de conclusões definidas no § 4º do art. 50, que são: pela aprovação, pela rejeição, total ou parcial, pela adição, pela aposição de emendas ou subemendas, e, finalmente, pela apresentação de projetos decorrentes de qualquer proposição. Aqui também não se encontra qualquer referência a arquivamento.

Cumprе ressaltar que as disposições do art. 124 e de seus parágrafos, dizem respeito aos projetos de iniciativa dos Srs. Deputados, o que se infere da referência a "autores", contida no "caput" do artigo, bem como nos §§ 1º e 3º. Assim sendo, é notório que o art. 124 diz respeito a questões de técnica legislativa, a serem observadas quando da elaboração de projetos, por parte dos Srs. Deputados.

Apesar de dispor em condição sistematicamente precedente à norma anteriormente citada, tem-se que o art. 119 e seus parágrafos fornece a sequência de tramitação dos projetos elaborados segundo os requisitos formais do art. 124. Porém, se o art. 124 define os requisitos, o art. 119 determina qual o procedimento para que os projetos possam ser objeto de deliberação, ou seja, para que possam tramitar por esta Casa, a fim de serem apreciados.

Se a norma do § 4º do art. 124 determina que não será considerado objeto de deliberação o projeto manifestamente inconstitucional ou anti-regimental, e o § 2º do art. 119 determina que não sendo objeto de deliberação estará a proposição desde logo rejeitada, deve-se reparar que o momento adequado a tal juízo é aquele no qual o Presidente submete dada proposição a votos, no sentido de ser ou não apoiada pelo Plenário.

Repare-se entretanto, que o § 3º do art. 119 comporta uma exceção à regra procedimental do "caput", ao determinar que serão sempre objeto de deliberação, independentemente de apoio, as proposições oriundas de qualquer das Comissões, de mensagens do Poder Executivo e, por similitude, do Judiciário, da Procuradoria Geral de Justiça e do Tribunal de Contas, além das que vierem com o apoio de mais cinco Srs. Deputados.

Ainda que se dê interpretação restritiva às disposições do art. 119, é forçoso reconhecer-se a impossibilidade de subtrair-se da deliberação do Plenário, qualquer proposição pendente de manifestação da Assembléia. Até mesmo as matérias dis-

pensadas da competência do Plenário devem ser submetidas a este, em caso de recurso de um décimo dos membros da Assembléia, conforme dispõe o inciso II do art. 28.

Além disto, é de natureza intrínseca do Poder Legislativo a função de deliberação colegiada, na qual prevalece a vontade da maioria dos membros componentes, daí ser impossível a qualquer Comissão subtrair da competência das demais, ou mesmo do Plenário, a apreciação de qualquer proposição, à exceção dos casos previstos regimentalmente, como se depreende do constante do art. 126, do Regimento Interno.

É importante destacar que, com respeito às proposições da lavra dos Srs. Deputados que não sejam consideradas objeto de deliberação por inconstitucionalidade ou anti-regimentalidade manifesta - e aqui deve-se interpretar restritivamente o termo "manifesta", por comportar exceção de alta relevância - sempre caberá recurso de tal decisão ao Plenário, conforme o art. 126.

Somente ocorrendo a hipótese do art. 126, o projeto poderá ser arquivado.

Art. 126 - "O projeto de lei que receber parecer contrário quanto ao mérito, de todas as Comissões a que for distribuído, será tido como rejeitado".

Em contrapartida, o projeto irá a Plenário, de conformidade com o disposto no art. 145, quando será discutido sobre sua constitucionalidade e legalidade.

Em outras palavras, sendo o parecer meramente opinativo, caberá ao Plenário decidir se adotará ou rejeitará o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, e, conseqüentemente, se aprovará ou rejeitará o projeto em discussão.

Face ao exposto, esta Presidência considera procedente a questão de ordem levantada, determinando a tramitação do Projeto de Lei n° 215/91, a fim de que as demais Comissões Técnicas emitam regimentalmente o devido parecer, para ulterior deliberação por este Plenário.

É a decisão.

Sala das Sessões, em 25.06.91.

(a) ANIBAL KHURY  
Presidente"

O projeto em questão será anunciado para amanhã, e se forem apresentadas emendas, a Mesa comunica ao Plenário que o projeto voltará às Comissões competentes.

A Mesa convida os Srs. Deputados para assistirem logo mais às 17:00 horas no Plenarinho, a palestra do Coronel Carlos Roberto Cidade, Comandante do Corpo de Bombeiros, no encerramento da exposição

comemorativa da Semana de Prevenção de Incêndios.

A Mesa, como tem feito tradicionalmente, após o encerramento da sessão concederá a palavra ao Professor Carlos Alberto Roberto Antunes dos Santos, Pró-Reitor de Pesquisas da Universidade do Paraná.

O SR. EERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Ontem, a Questão de ordem formulada se dizia especificamente ao art. 118 em seu § 4° do Regimento Interno, que entendemos que sobrepõe a todas as argumentações que foram aqui colocadas, que diz textualmente "a Mesa deixará de aceitar qualquer proposição que delegue a outro Poder atribuições privativas do Legislativo".

Neste caso entendemos, salvo melhor juízo de Vossa Excelência, que a Mesa tem esse poder de salvaguardar exatamente que esse Poder seja violentado por proposições desse tipo, por rolos compressores, quer dizer, a Mesa tem e esse artigo é sábio, a capacidade de preservar esse poder independente de qualquer inconformismo da bancada governista e mais do que isso também estabelece a Constituição que em matérias que têm flagrante inconstitucionalidade também não serão objeto de deliberação.

Então, entendemos que essa questão se encerra no posicionamento da Mesa da Assembléia.

Nesse sentido, estamos formulando essa questão de ordem objetiva para que o projeto relativo à transformação de Fundações em Autarquias não entre em discussão amanhã.

(vozes interpostas)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa já anunciou o projeto para amanhã na Ordem do Dia e mantém a decisão.

Vai encaminhar a decisão da Mesa sobre a Questão de Ordem levantada na sessão de ontem a Vossa Excelência, e amanhã, após ler com atenção a decisão da Mesa, poderá reformular uma Questão de Ordem.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 26, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 136/91, e do Projeto de Resolução n° 36/91.

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 215/91.

Levanta-se a sessão.